

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA NORMAL SUPERIOR
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

**A MANAUS DOS MORTOS: UMA ANÁLISE DAS
TRANSFORMAÇÕES NA CIDADE A PARTIR DE SEUS CEMITÉRIOS**

CARLA MARA MATOS AIRES MARTINS

MANAUS

2019

CARLA MARA MATOS AIRES MARTINS

**A MANAUS DOS MORTOS: UMA ANÁLISE DAS
TRANSFORMAÇÕES NA CIDADE A PARTIR DE SEUS CEMITÉRIOS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade do Estado do Amazonas para obtenção do
título de Licenciado em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Evany do Nascimento.

MANAUS

2019

CARLA MARA MATOS AIRES MARTINS

**A Manaus dos mortos: uma análise das transformações na cidade a partir
de seus cemitérios**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade do Estado do Amazonas
para a obtenção do título de licenciado em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Profa. Dra. Maria Evany do Nascimento

1º Avaliador: Prof. Dr. Geraldo Jorge Tupinambá do Valle

2º Avaliador: Profa. Dra. Ana Paulina Aguiar Soares

Manaus, 03 de Dezembro de 2019.

À minha avó, Rosa.

Saudades.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, por me inspirar cada vez mais a estudar a Cidade e por ser a responsável pelo despertar do interesse pelo tema dessa pesquisa, a partir das reflexões e discussões no grupo Intercidade. Agradeço a ela, também, pelo Intercidade, espaço precioso de reflexões, discussões e práticas que muito tem agregado à minha formação como pesquisadora e futura educadora.

À UEA, na figura de seus colaboradores, que proporcionaram a vivência desse espaço em que sempre me senti muito bem acolhida.

A todos os professores que compartilharam conhecimentos e participaram dessa trajetória, em especial os professores do colegiado, que me fizeram, de verdade, amar a Geografia.

Aos amigos que ganhei durante esses quatro anos. Obrigada por todos os ótimos momentos, as conversas, as risadas, os campos... Foram muitas emoções e espero que ainda possamos ter, juntos, muitas mais!

À minha família, meu maior alicerce. Este foi um ano muito difícil, em que sofremos a perda de nossa querida matriarca. Todos nos sentimos sem chão, mas nunca me faltou todo o amor e apoio. Gostaria também de expressar quanto sou grata por ter tido a melhor das avós, exemplo de força, atitude e carinho. Agradeço muito, muito por tudo.

“Dizem que nas duas cidades gêmeas não existe meio
de saber quem são os vivos e quem são os mortos”

As Cidades Invisíveis - Ítalo Calvino.

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo analisar as transformações na cidade de Manaus a partir de seus cemitérios. Para este propósito foram definidos como objetivos específicos: descrever a evolução espaço-temporal dos cemitérios de Manaus; identificar as características da paisagem cemiterial em diferentes épocas históricas; e apreender as influências socioculturais atuantes na paisagem dos cemitérios, de forma cronológica. O recorte temporal estabelecido compreende o período desde a fundação da cidade até o final do século XIX, quando esta vivenciou sua primeira grande expansão urbana. Esta é uma pesquisa qualitativa com característica essencialmente bibliográfica e documental, em que se fez uso de livros, material de imprensa e documentos oficiais na tentativa de alcançar as respostas para o objetivo proposto. O resgate da história de Manaus a partir de seus cemitérios apresenta-se dividido em três períodos, determinados a partir de marcos nos processos de transformação da cidade. O primeiro período, denominado “A morte colonizada”, conta da primeira ocupação pelos colonizadores portugueses, na segunda metade do século XVII, com um Forte estabelecido sobre um antigo cemitério indígena, englobando os longos anos em que se teve as igrejas e seus entornos como principal espaço de sepultamento cristão. O segundo período, “A morte civilizada”, apresenta os esforços realizados no sentido de estabelecer os primeiros cemitérios públicos a partir da instituição da província do Amazonas. Já o período em que se refere a “A morte na *Belle Époque*” diz respeito às três últimas décadas do século XIX, quando Manaus, enriquecida pela exploração da borracha, tem os cemitérios públicos como espaço de monumentalidade e afirmação social.

Palavras-chave: Manaus. Cemitérios. Cidade. Espaço Urbano.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the transformations in the city of Manaus from its cemeteries. For this purpose the following were defined as specific objectives: describe the spatio-temporal evolution of Manaus cemeteries; identify the characteristics of the cemetery landscape in different historical times; and apprehend the sociocultural influences acting in the landscape of the cemeteries, chronologically. The established time frame comprises the period from the founding of the city until the late nineteenth century, when it experienced its first major urban expansion. This is a qualitative research with essentially bibliographic and documentary characteristics, in which books, press material and official documents were used in order to achieve the answers to the proposed objective. The rescue of Manaus's history from its cemeteries is divided into three periods, determined from time frames in the city's transformation processes. The first period, called "The colonized death", tells of the first occupation by the Portuguese colonizers, in the second half of the 17th century, with a Fort established over an old indigenous cemetery, encompassing the long years of the churches and their surroundings as main Christian burial space. The second period, "Civilized Death", presents the efforts made to establish the first public cemeteries due to the institution of the province of Amazonas. The following period, of the "Death in the *Belle Époque*", refers to the last three decades of the nineteenth century, when Manaus, enriched by the exploitation of rubber, has public cemeteries as a space of monumentality and social affirmation.

Keywords: Manaus. Cemeteries. City. Urban Space.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cerimônia funerária Neandertal imaginada pelo artista Emmanuel Roudier a partir de esqueleto achado em La Chapelle-aux-Saints, França	15
Figura 2 - Pintura portuguesa do século XVI que representa o flagelo dos santos Veríssimo, Máxima e Júlia em Lisboa, cidade da qual são patronos	18
Figura 3 - Pintura portuguesa representando o martírio de Santo André, com a cidade de Patras ao fundo	18
Figura 4 - Cemitério dos Inocentes, Paris, planta do século XVI	21
Figura 5 - Planta do Cemitério parisiense de Père-Lachaise, um dos maiores símbolos do novo culto aos mortos fora das igrejas	22
Figura 6 - Vista do cemitério parisiense de Père-Lachaise no século XIX	23
Figura 7 - Gravura que mostra os vivos "passeando sobre os mortos" em uma igreja baiana	27
Figura 8 - Prospecto da Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro, feito por João André Schwebel, em 1756	34
Figura 9 - Antigo Cemitério indígena em Manaus	36
Figura 10 - Ruínas da Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro em ilustração de Paul Marcoy	36
Figura 11 - Desenho que acompanha o relato de Franz Keller acerca do antigo cemitério indígena próximo às ruínas do Forte de São José	37
Figura 12 - Planta da cidade de Manaus, 1852	41
Figura 13 - Vista de Manaus a partir do Bairro dos Remédios	43
Figura 14 - Estrada da Cachoeira Grande (popularmente conhecida como Estrada do Cemitério), onde se avistam as grades do Cemitério São José	45
Figura 15 - Antigo Cemitério São Raimundo	48
Figura 16 - Cemitério São José	48
Figura 17 - Portão de entrada do Cemitério São José	49
Figura 18 - Vista do Cemitério Municipal de São João, 1901	50
Figura 19 - Planta de Manaus e arrabaldes, 1906	50
Figura 20 - Anúncio da Marmoraria Ítalo-Amazonense	52
Figura 21 - Quadro representando a evolução espaço-temporal dos cemitérios em Manaus	52

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. CIDADE E HISTÓRIA: O ESPAÇO URBANO EM TRANSFORMAÇÃO	12
2.1. Cidade dos mortos x cidade dos vivos na sociedade ocidental	14
2.2. A morte cristã nas cidades brasileiras	24
3. METODOLOGIA	30
4. A MANAUS DOS MORTOS	33
4.1. A morte colonizada	33
4.2. A morte civilizada	40
4.3. A morte na <i>Belle Époque</i>	45
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	56

1. INTRODUÇÃO

Para Morin (1997), a morte diz muito sobre o homem, talvez mais até do que a vida, pois acredita ser na forma como se comporta diante da morte que o homem realmente se revela. O homem é, até onde se sabe, o único ser a possuir consciência a respeito da morte e, desde os primórdios da humanidade, a preocupação e o cuidado com os mortos vem sendo fator de diferenciação entre a fera e o homem. À medida que este começa a refletir e ritualizar a própria finitude, a morte passa a fazer parte das culturas humanas e a determinar configurações espaciais que exprimem a maneira como os vivos a compreendem e lidam com ela, de que forma querem lembrar seus mortos.

Estudos sobre a origem da Cidade como os de Lewis Mumford (1998) e Fustel de Coulanges (2006) comprovam uma forte relação do culto aos mortos com o surgimento desse espaço fixo de convivência dos vivos. A presença dos mortos tornava o solo sagrado e inspirava o sentimento de pertencimento dos homens pela divinização de seus ancestrais. Surgia assim a noção de território que culminaria no surgimento das cidades.

Philip Ariès (2017) afirma que os cemitérios, enquanto cidades dos mortos, constituem a imagem intemporal das cidades dos vivos, símbolo de sua perenidade e espaços muito eloquentes a respeito das sociedades que representam. O cemitério constitui assim local de materialização das ideologias e crenças de uma sociedade, funcionando como reflexo da cidade dos vivos e constituindo também ferramenta para análise de sua história e organização.

Diante dessa relação dos mortos com o espaço urbano e da percepção da espacialidade dos mortos nesse meio como objeto rico de possibilidades para a pesquisa geográfica, a presente pesquisa estabeleceu como objetivo analisar as transformações na cidade de Manaus a partir de seus cemitérios. Para este propósito foram definidos como objetivos específicos: descrever a evolução espaço-temporal dos cemitérios de Manaus; identificar as características da paisagem cemiterial em diferentes épocas históricas; e apreender as influências socioculturais atuantes na paisagem dos cemitérios, de forma cronológica.

Instituiu-se ainda, como recorte temporal da pesquisa, o período a partir de sua fundação em meados do século XVII até o final do século XIX, momento em que esta viveu seu primeiro grande surto de urbanização com a economia da borracha. A intenção foi a de analisar o que a Manaus dos mortos tem a dizer sobre a Manaus dos vivos ao longo desse

recorte temporal e como as mudanças ocorridas na cidade dos vivos impactam a espacialidade conferida aos mortos.

No âmbito da delimitação espacial em que se deu esta pesquisa, ela se torna especialmente relevante, visto ser ainda um tema de estudo pouco explorado no contexto da cidade de Manaus, considerando o potencial percebido, e também pelas próprias particularidades regionais de sua composição geográfica e trajetória histórica, sendo necessário investigar o tema visando ampliar os estudos sobre a cidade e suas relações socioculturais com o nacional e global.

Trata-se de um trabalho que constitui o aprofundamento de uma investigação iniciada junto ao grupo de pesquisa Intercidade, onde se deram as leituras e discussões que primeiro instigaram a pesquisadora em relação ao tema e que anteriormente resultaram em um resumo expandido apresentado e publicado em anais de evento.

Esta é uma pesquisa qualitativa com característica essencialmente bibliográfica e documental, em que se fez uso de livros, material de imprensa e documentos oficiais na tentativa de alcançar as respostas para o objetivo proposto.

O corpo do trabalho está dividido em quatro capítulos além deste da introdução, sendo o primeiro referente à revisão bibliográfica, em que se apresenta a ideia da Cidade como um organismo em constante mutação, decorrente do próprio movimento da sociedade. Nos subtítulos, discute-se o processo de evolução do espaço urbano no ocidente a partir da presença dos mortos nesse espaço, primeiramente em âmbito geral, em seguida no contexto brasileiro, onde instalou-se, por meio da colonização, uma ideia de urbano trazida da Europa para uma nova realidade em que há ainda a questão do choque cultural.

O capítulo seguinte traz a metodologia utilizada nesta pesquisa, compreendendo os procedimentos metodológicos e o método de abordagem. Posteriormente são apresentados os resultados alcançados. Neste se faz um resgate da história de Manaus a partir dos seus cemitérios e está dividido em três subtítulos estabelecidos por períodos marcantes de transformação da cidade. O último capítulo traz as considerações finais da autora.

2. CIDADE E HISTÓRIA: O ESPAÇO URBANO EM TRANSFORMAÇÃO

Ítalo Calvino sintetiza o caráter mutável da cidade quando diz que “[...] a cidade e o céu nunca permanecem iguais” (CALVINO, 2002, p. 137). Esse caráter exprime a dimensão histórica que, segundo Carlos (2018) é fundamental para compreender a natureza da cidade, sendo esta, em sua essência, um fenômeno que nunca pode ser tido como finalizado, pois estará sempre sendo determinado pelo curso dos acontecimentos no tempo.

A cidade é uma realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico e que ganha materialização concreta, diferenciada em função de determinações históricas específicas. [...] A cidade, em cada uma das diferentes etapas do processo histórico, assume formas, características e funções distintas (CARLOS, 2018, p. 57).

Pode-se relacionar esta colocação com o que é posto por Guedes Junior:

O entendimento da cidade deve partir do princípio de que ela é um instrumento material de vida coletiva. Nela estão solidificados os conflitos e os consensos, pois os pensamentos, através das ações humanas, dão forma à cidade, se materializando nas construções e no modo de viver da sociedade (GUEDES JUNIOR, 2011, p. 8).

A questão espaço-tempo é uma constante nos estudos geográficos. Milton Santos (2006) argumenta que o modo de empiricizar o tempo no estudo geográfico é tornando-o material, assimilando-o assim ao espaço, que inexiste sem uma materialidade. A produção do espaço é o que torna o tempo concreto. A cidade, então, focada aqui sob sua dimensão histórica, constitui a materialidade que dá forma(s) ao tempo em seu constante devir, fazendo-a refletir as diferentes épocas.

Essas formas, produto da relação espaço-tempo, remetem ao conceito de paisagem, que Santos (2006, p. 66) define como “o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”. A paisagem constitui assim as formas presentes no espaço geográfico num determinado contexto sociocultural e temporal em que adquirem significado conferido pelo homem. Por serem produto de uma sociedade dinâmica, podem ter seu significado alterado no curso do tempo ainda que continuem iguais na aparência.

“A história da paisagem urbana mostra os sinais do tempo que nela impregna suas profundas marcas” (CARLOS, 2018, p. 58). Esta constatação dialoga com o que dizem Wagner e Mikesell: “[...] a paisagem cultural refere-se ao conteúdo geográfico de uma

determinada área ou a um complexo geográfico de um certo tipo, no qual são manifestas as escolhas feitas e as mudanças realizadas pelos homens enquanto membros de uma comunidade cultural” (WAGNER e MIKESELL, 2007, p. 36).

Levando em conta a necessidade de se interpretar a paisagem, Cosgrove e Jackson (2007) associam-na à ideia de um texto. Sob esse ponto de vista, a paisagem seria escrita pelo homem de acordo com as características socioculturais de sua época. Para os autores, “o conceito de paisagem é, ele próprio, um modo especial de compor, estruturar e dar significado a um mundo externo, cuja história tem que ser entendida em relação à apropriação material da terra” (COSGROVE e JACKSON, 2007, p. 137).

Para esclarecer a diferença entre os dois conceitos, a paisagem constitui as formas – resultado da relação homem x meio natural – aquilo que é capturado pelos sentidos em certo momento, sendo determinada pelo momento em que é apreendida, que de certa forma a cristaliza. Já o espaço é composto pelas formas em conjunto com o que é vivo, a sociedade, é o espaço que confere significado dinâmico à paisagem, que faz com que esta acumule diferentes funções conferidas por sucessivas gerações. “A paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável: o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente”. (SANTOS, 2006, p. 67).

Roberto Lobato Corrêa (1989) conceitua o espaço urbano a partir de cinco níveis de apreensão. Primeiramente, visto como um espaço fragmentado a partir da apropriação da terra para diferentes propósitos de forma contígua. Num segundo nível, esse espaço fragmentado mostra-se também articulado, formando um todo coeso. A partir daí, o autor reconhece também o espaço urbano como reflexo da sociedade, uma divisão articulada que expressa espacialmente os processos sociais, por isso está em constante mutação.

O quarto nível de apreensão diz respeito ao fator condicionante do espaço urbano, que, por meio das formas fixas que contém atua na reprodução da sociedade e assim na sua própria reprodução. Dessa forma, o espaço urbano, como reprodutor social ajuda na manutenção e transformação de crenças, valores, ideologias que se projetam nas formas que compõem o espaço urbano. Esse é portanto, seu último nível de apreensão, do espaço urbano como espaço simbólico, em que se faz necessária a apropriação da terra para a criação de espaços que refletem necessidades não apenas práticas, mas também as simbologias de uma dada sociedade e sua cultura (CORRÊA, 1989).

James Hillman (1993), ao realizar um estudo da cidade numa perspectiva da psicologia, procura definir o que ele denomina a “alma da cidade”, levando em conta a forma como as pessoas vivenciam esse espaço. Ele, então, associa os locais que remetem à morte a um dos elementos que ajudam a compor essa alma, pela forma como refletem a alma dos habitantes de uma cidade, lembrando-os de sua humanidade por meio de sua mortalidade. Um desses locais é o cemitério. Os vivos, ao reservarem para os mortos um espaço físico em seu meio, dizem bastante sobre si mesmos, sobre sua organização social, sobre o que pensam a respeito da própria finitude.

2.1. Cidade dos mortos x cidade dos vivos na sociedade ocidental

Segundo Campbell (2005), a prática do sepultamento teria se iniciado com o *homo neanderthalensis* por volta de 200.000 a 75.000 a.C. Para esses ancestrais humanos primitivos, o ato de enterrar os mortos provavelmente ligava-se a uma visão da terra como uma grande mãe, um útero que lhes concedia a vida e o sustento. Provisões e animais sacrificados encontrados ao lado dos esqueletos enterrados indicam a crença numa vida após a morte, um despertar ou ainda um possível renascimento dada a posição fetal de alguns desses esqueletos. Morin (1997) ressalta que o homem primitivo não apenas sepultava seus mortos, mas também os reunia, como comprovam achados arqueológicos em cavernas, por exemplo as de Balzi Rossi no noroeste da Itália.

Para Mumford (1998), diante da vida nômade do homem paleolítico, são os mortos os primeiros a reclamarem o privilégio de uma morada fixa (Figura 1), “uma caverna, uma cova assinalada por pedra, um túmulo coletivo” (MUMFORD, 1998, p. 13). Seus lugares de repouso eram ainda marcos de encontro para os vivos, que ali voltavam de tempos em tempos para se reunir com os espíritos ancestrais ou aplacá-los. Assim, a cidade dos mortos antecede a cidade dos vivos, sendo os primeiros sepultamentos as mais antigas evidências de ritos religiosos, da própria origem do pensamento mitológico e religioso.

Figura 1 - Cerimônia funerária Neandertal imaginada pelo artista Emmanuel Roudier a partir de esqueleto achado em La Chapelle-aux-Saints, França



Fonte: ZILHÃO, 2016, p. 29.

“Antes de conceber ou adorar Indra ou Zeus, o homem adorou os mortos; teve medo deles, dirigiu-lhes preces.” (COULANGES, 2001, p. 26). Para Morin (1997), é isso que marca o limiar da transformação do que chama de “estado de ‘natureza’ para o estado de homem” (p. 23), ou seja, a preocupação com os mortos e com a morte seria um indicador de humanidade, a sepultura tão importante quanto a capacidade de fabricação de utensílios para determinar a evolução humana.

Persistindo de tempos remotos o ato de confiar à terra os mortos, de honrar os antepassados, Coulanges (2006), ao estudar a Cidade Antiga, aponta que é com o solo em que se enterram esses antepassados que surge a noção de propriedade, reunindo a família em torno de um altar e nos limites de seu campo, onde estão seus mortos, fazendo surgir o sentimento de pertencimento a determinado espaço, de sucessão fixada, toda uma noção de organização familiar. “Depois essa crença progrediu, acompanhada pela sociedade. À medida que os homens sentem que têm divindades comuns, unem-se em grupos mais amplos. As mesmas regras, encontradas e estabelecidas na família, aplicam-se sucessivamente à fratria, à tribo, à cidade.” (COULANGES, 2006, p. 93).

Enterravam-se junto com os mortos as posses que consideravam necessárias para sua nova vida, desde animais a escravos, e também lhes eram oferecidos alimentos e sacrifícios, cuidados garantidos por regras de conduta que consideravam os mortos criaturas sagradas. A alma do homem que não recebesse corretamente os ritos fúnebres e um sepultamento adequado não teria uma morada para sua segunda vida e seria uma alma errante em suplício até que seu corpo recebesse o tratamento funerário adequado. Dessa forma, a privação da sepultura era uma penalidade reservada aos grandes criminosos na cidade antiga (COULANGES, 2006).

É importante salientar que o temor pelos mortos é o principal condutor de tais crenças e atitudes. Num contraste com a aparente familiaridade com a morte demonstrada pelos antigos, sua maior preocupação era manter o mundo dos mortos separado do mundo dos vivos, como enfatiza Ariès (2017). Dessa forma, apesar de perceber-se o culto aos mortos no próprio cerne da formação das cidades, sua presença passa a ser proibida no solo da urbe a medida que esta se desenvolve. A décima tábuca da lei romana datada de cerca de 452 a.C., dispondo do direito sacro, impedia oficialmente o sepultamento de mortos na cidade.

Ainda assim, Mumford (1998) ressalta que eram os mortos, enterrados ao longo das estradas greco-romanas, os primeiros a saudarem os viajantes que se aproximavam de suas cidades, o que mostra que mesmo com seu afastamento, os mortos continuavam a ter importância da constituição da urbe, pois o viajante ao longo da estrada perceberia ao avistar os mortos que a cidade estava próxima.

Cristãos e pagãos inicialmente compartilhavam da mesma repulsa ao contato com os mortos, sendo os dois enterrados nas mesmas necrópoles de acordo com os costumes da época, depois em cemitérios separados. Não demorou, no entanto, para que essa repulsa cedesse entre os cristãos primitivos, já na idade média, passando, de fato, a coabitarem vivos e mortos entre os mesmos muros, numa forma de marcadamente demonstrar a nova visão sobre a morte intrínseca do cristianismo, ligada à crença na ressurreição dos corpos. A nova familiaridade com os mortos representava, portanto, uma ruptura com antigas superstições pagãs (ARIÈS, 2017). Com isso, já se pode perceber claramente o quanto a espacialidade dos mortos diz de uma sociedade. Sendo esta inevitavelmente dinâmica, suas crenças serão mutáveis ao longo do tempo, modificando consigo a organização da cidade.

Cymbalista (2006) enfatiza a relação entre a morte e os mortos e a organização dos territórios urbanos na idade média, destacando o quanto o culto aos mártires tem influência na nova concepção de cidade de uma sociedade agora essencialmente cristã. O Cristianismo tem como um de seus principais eventos fundadores o martírio e morte de Jesus Cristo, que torna-se um modelo de morte santa a ser seguido pelos cristãos, perseguidos e muitas vezes mortos em nome da fé. Esses martírios ocorriam a princípio fora dos limites das cidades, onde também eram enterrados os corpos, conforme costume de romanos e judeus.

As comunidades cristãs adotam esses locais de sepultamento dos mártires como focos locais de culto, os locais mais sagrados de sua geografia. Acreditava-se que o santo estava presente em sua tumba na terra, e ao mesmo tempo privando da companhia de Deus no Paraíso celeste, lugar para onde os bons cristãos iriam após o juízo final. (...) Essa qualidade transformava os mártires em patronos ou protetores das comunidades (CYMBALISTA, 2006, p. 35).

Com a religião cristã já espalhada no século IV, as riquezas de que a igreja agora dispunha passam a ser empenhadas na construção de basílicas, templos monumentais para marcar os túmulos dos mártires. Esses mortos atraíam outros mortos para junto de si devido à ideia de que “ser enterrado próximo a esses túmulos significava proteção para o momento do despertar” (PETRUSKI, 2007, p. 97).

Passado algum tempo, o espaço dessas basílicas já se confundia com o de bairros suburbanos que surgiam em seu entorno e logo não havia mais diferença entre a igreja catedral e a cemiterial. Os mortos alcançavam, assim, o coração das cidades, cuja vida está voltada para as igrejas, onde estão enterrados os mártires, protetores dessas cidades. Cymbalista (2006) enfatiza a presença recorrente de cidades nas representações dos martírios, estas muito populares na idade média. Tais imagens muitas vezes traziam a representação do martírio para dentro da cidade que continha a basílica com o corpo do santo ou apenas relíquias que simbolizavam sua presença. É o caso da representação do martírio dos santos Veríssimo, Máxima e Júlia, cuja cena de flagelação (Figura 2) ocorre sob a arcada da torre do Paço da Ribeira, em Lisboa, cidade da qual são patronos. Apesar do acontecimento datar de séculos antes, a Lisboa ali retratada é a do século XVI, contemporânea à pintura.

Em outras representações, os martírios eram mostrados fora das cidades, mas alguma parte destas ainda se fazia presente, suas muralhas, suas construções no horizonte, como é o caso do que se vê na pintura do martírio de Santo André (Figura 3), de cerca de 1530. A cristandade

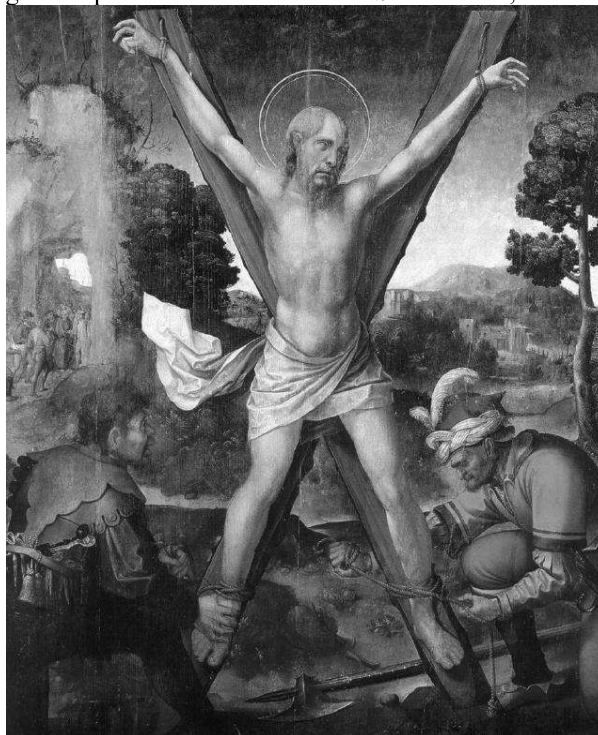
evoca, assim (mais do que isso, reitera) a ordem territorial fundada pelos primeiros mártires, e assinala local em torno do qual teria se organizado o culto cristão: fora das muralhas da cidade, mas a uma distância razoável dela, que aos poucos poderia transformar-se em uma nova centralidade, o novo referencial territorial (CYMBALISTA, 2006, p. 54).

Figura 2 - Pintura portuguesa do século XVI que representa o flagelo dos santos Veríssimo, Máxima e Júlia em Lisboa, cidade da qual são patronos



Fonte: CYMBALISTA, 2006, p. 56.

Figura 3 - Pintura portuguesa representando o martírio de Santo André, com a cidade de Patras ao fundo



Fonte: CYMBALISTA, 2006, p. 54.

Nas cidades européias, já não havia distinção entre igreja e cemitério, sendo este tido não apenas como um lugar de enterrar os mortos. Designados como as áreas externas das igrejas (ou átrio), os cemitérios eram, como escreve Ariès (2017), o foco da vida social das urbes durante a idade média até meados do século XVII. Nessa época, era também uma espécie de praça pública, considerado um local de asilo, refúgio onde vivos e mortos estavam na paz de Deus.

Esses cemitérios integrados ao cotidiano coletivo, “[...] embora contra as leis municipais e a decência religiosa, frequentemente serviam como local para pastagem de animais, feiras, bailes, jogos, atalhos, depósito de lixo, sanitário público, namoros clandestinos e morada de mendigos” (REIS, 1991, p. 73). Para o autor, “[...] não havia separação, como hoje temos, entre a vida e a morte, entre o sagrado e o profano, entre a cidade dos vivos e a dos mortos” (p. 74). Não se tinha, claro, deixado de temer os mortos e a morte, mas difundira-se a crença de que o emprego dos ritos funerários adequados garantia a proteção dos vivos, que não corriam qualquer perigo espiritual ou físico com tal proximidade.

Ao contrário do que acontecia na antiga Roma, onde, por vezes até mesmo os escravos tinham marcados os locais de suas sepulturas, não houve preocupação durante vários séculos a partir da idade média, em identificar o local exato em que cada corpo era sepultado. “Não se tinha a ideia moderna de que o morto deve ter uma casa só para si, da qual seria o proprietário perpétuo (...), de que ali estaria em sua casa, não podendo dela ser despejado” (ARIÈS, 2017, p.44). Apenas interessava que seus restos permanecessem junto à igreja, que poderia dispor deles como quisesse. De todas essas sepulturas completamente anônimas provinham os crânios e membros que eram dispostos em ossários e carneiros sob efeito de decoração, da qual viria a derivar as artes barrocas com ossos no século XVIII.

Para Ariès (2017), essa morte coletiva e anônima estava ligada a uma aceitação geral da finitude da vida, do morrer como uma lei da espécie, um acontecimento inevitável e social. Não se vivia por muito tempo, e acreditava-se que a salvação estava garantida a todos que eram enterrados no sagrado solo cemiterial. Tais crenças começaram a se modificar com o estabelecimento de uma nova relação entre os indivíduos e sua própria morte. A partir do momento em que o homem toma consciência de um juízo divino pessoal, do seu fim enquanto acontecimento único particular, a morte começa a ganhar um significado individual. O homem se descobre assim responsável por sua própria salvação, sozinho diante de Deus e dos outros homens.

É com a descoberta da “morte de si mesmo” que são retomadas as inscrições funerárias por volta do século XII, primeiramente em poucas sepulturas de santos e mártires, que tornam-se mais numerosas no século seguinte. Até o início dos anos 1700, a arte funerária evolui na personalização dos túmulos, tornando-os grandiosos monumentos em homenagem a mortos ilustres, que recebiam inscrições e representações de si mesmos sobre seus jazigos. Para além destes, a personalização da morte mostra-se uma tendência geral da época, por meio da multiplicação de outros monumentos menos pomposos (ARIÈS, 2017).

O autor chama a atenção para placas pequenas, medindo entre 20 e 40 cm de lado, que passam também a figurar em grande quantidade, a partir do século XIII, nas paredes internas e externas das igrejas, contendo os nomes dos que ali jaziam, trazendo por vezes também cenas esculpidas do defunto em contextos religiosos. Outras placas davam conta de doações realizadas e os serviços requeridos em troca por parte dos padres e da paróquia em favor de sua alma. Estas podiam ser encomendadas pelo moribundo ainda em vida ou por seus herdeiros. As duas placas podiam ser combinadas, mas muitas vezes apenas a segunda bastava. Sua função não era ainda a de marcar o lugar exato de localização do corpo, mas de preservar a memória do morto, sendo estas os monumentos funerários mais difundidos até o século XVIII.

O período foi marcante pelas significativas transformações ocorridas nas práticas funerárias nos cemitérios e, acima de tudo, na mentalidade a respeito da morte.

A partir do século XVIII, o homem das sociedades ocidentais tende a dar à morte um sentido novo. Exalta-a, dramatiza-a, deseja-a impressionante e arrebatadora. Mas, ao mesmo tempo, já se ocupa menos de sua própria morte, e, assim, a morte romântica, retórica, é antes de tudo a morte *do outro* – o outro cuja saudade e lembrança inspiram, nos séculos XIX e XX, o novo culto dos túmulos e dos cemitérios (ARIÈS, 2014, p.64).

Interessante ressaltar o paradoxo dessa nova relação com a morte e os mortos. Ao mesmo tempo em que os temas fúnebres povoam as artes e a literatura de maneira hiperbólica, os mortos tornam-se um tabu público e, no circuito familiar, a preferência começa a ser de um tratamento privado e recôndito da morte.

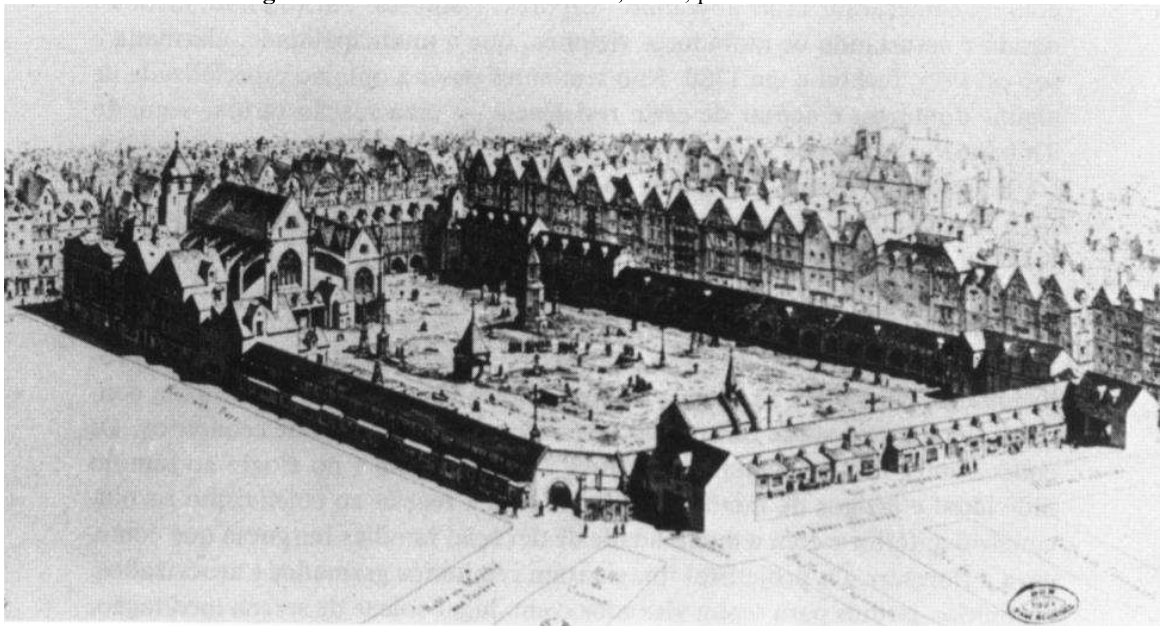
As práticas de enterro vigentes passam a ser vistas como impróprias e desrespeitosas pelas famílias, que agora queriam o direito de sofrer pelos seus mortos, de encontrá-los no lugar exato de suas sepulturas para poder recordá-los e homenageá-los, lugar este que precisava ser de posse perpétua do defunto e sua família, uma grande novidade para a época.

“Vai-se, então, visitar o túmulo de um ente querido como se vai à casa de um parente ou a uma casa própria cheia de recordações. A recordação confere ao morto uma espécie de imortalidade estranha ao começo do Cristianismo” (ARIÈS, 2017, p.75).

Outra questão culminante no século XVIII, e que viria a se intensificar nos séculos seguintes, diz respeito à salubridade da morte. Foucault (2000) descreve o nascimento da medicina social urbana em Paris a partir do que chama de “medos urbanos”, entre os quais estavam o grande número e a superlotação dos cemitérios – consequências do aumento populacional na cidade – e a proximidade com os mortos, agora encarada com hostilidade. A medicina ratifica o perigo dessa proximidade a partir das teorias miasmáticas e os cemitérios passam a ser problema de saúde pública. Sobre a situação do Cemitério dos Inocentes (Figura 4) na capital francesa, o autor escreve:

(...) eram jogados uns sobre os outros os cadáveres das pessoas que não eram bastante ricas ou notáveis para merecer ou poder pagar um túmulo individual. O amontoamento no interior do cemitério era tal que cadáveres se empilhavam acima do muro do claustro e caíam do lado de fora (FOUCAULT, 2000, p. 87).

Figura 4 - Cemitério dos Inocentes, Paris, planta do século XVI

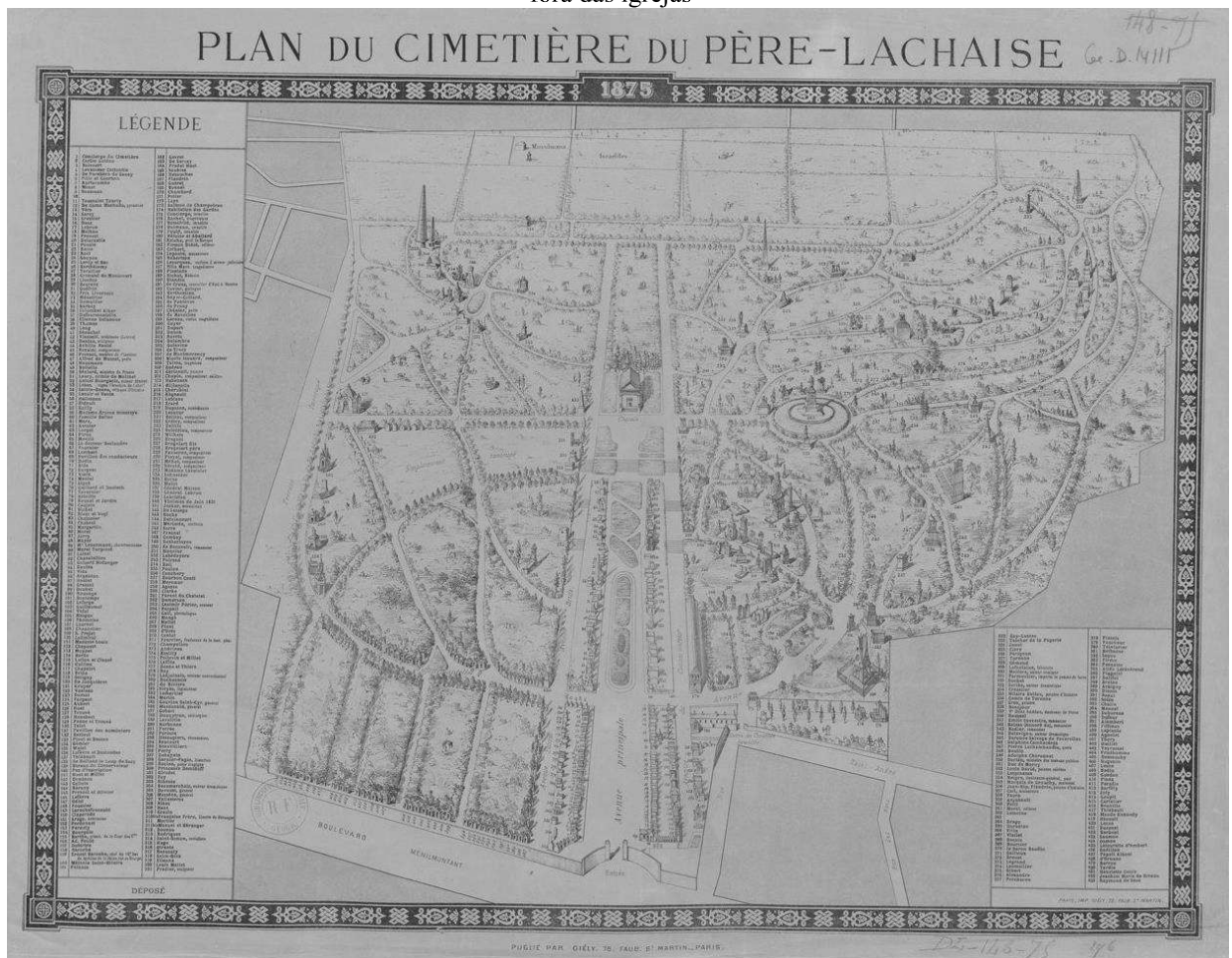


Fonte: REIS, 1991, p. 77.

Diante disso, são revividas as antigas e esquecidas leis que davam conta da proibição do sepultamento nas cidades e recomenda-se o afastamento dos cemitérios. O medo urbano da morte ratifica assim um novo afastamento dos mortos num contexto que também contribui para o resgate da individualidade dos mortos nesses novos cemitérios que são a representação de uma mudança na ordem e valores sociais. O positivismo aplicado ao planejamento urbano

dita a necessidade de se organizar a cidade de modo mais racional. O cemitério extramuros é então pensado como um reflexo da cidade dos vivos em sua geografia, com ruas, quadras, grandes avenidas (Figura 5), onde os mortos são levados para serem alocados em suas últimas moradas (FOUCAULT, 2000).

Figura 5 - Planta do Cemitério parisiense de Père-Lachaise, um dos maiores símbolos do novo culto aos mortos fora das igrejas



Fonte: Bibliothèque Nationale de France. Disponível em:
<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b84922478/fl.item.zoom>.

“Os autores de projetos de cemitérios no século XVIII desejam que estes sejam ao mesmo tempo parques organizados para a visita familiar e museus de homens ilustres [...]. Os túmulos dos heróis e grandes homens seriam venerados pelo Estado em tal local” (ARIÈS, 2017, pp. 75-76). O culto aos mortos, antes exclusivo aos mártires, santos e alguns reis e nobres no solo eclesiástico em que todos os outros mortos eram ossadas anônimas, passa a ser também o culto patriótico de heróis nacionais, além de um dever das famílias junto a seus mortos.

Belos e grandiosos monumentos funerários nos cemitérios ajardinados (Figura 6) marcam túmulos individuais ou jazigos familiares e tornam-se símbolos dos valores burgueses da nova sociedade pós-revolucionária. Por outro lado, a instituição dessa cidade dos mortos marca também local de reprodução de desigualdades, pela diferenciação nos funerais e sepulturas a céu aberto de acordo com a condição social do defunto, como aponta Ribeiro (2005).

Figura 6 - Vista do cemitério parisiense de Père-Lachaise no século XIX



Fonte: Bibliothèque Nationale de France. Disponível em:
<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b103028275.r=P%C3%A8re+Lachaise+.langPT>.

Ariès (2017) argumenta que às vésperas da revolução francesa, o Cemitério dos Inocentes foi demolido, seus mortos, segundo alguns testemunhos, não foram muito respeitados pelo novo regime. A administração de Napoleão III, já no século XIX tenta usar o antigo cemitério como exemplo para voltar a desapropriar os cemitérios alcançados pela expansão urbana parisiense, mas, dessa vez, católicos e positivistas se unem contra a ação, defendendo o lugar dos mortos no coração das cidades. A essas cidades criadas pelo desenvolvimento industrial parece necessário o culto aos mortos, que compõem a sociedade junto com os vivos por meio de sua memória.

Para Franco (2010, p. 108), “a separação clara dos mortos e dos vivos, com a construção dos cemitérios, representa a necessidade discriminatória dos mundos, embora explicita também que aos mortos é reservado um lugar físico em nossa sociedade”. O novo

culto aos mortos mostra-se muito mais pautado numa racionalidade positivista que no pensamento cristão, apesar de se ter a valorização de aspectos religiosos nos novos lugares dos mortos, visto a igreja ser ainda uma forte instituição social. Está pautado na ideologia burguesa que vem substituir os antigos ideais da aristocracia após as grandes revoluções do fim do século XVIII. Dessa forma, nos cemitérios a individualidade passa a ser preservada como sinal de poder, mesmo após a morte, tornando-se assim, mais do que um espaço na cidade dos vivos para os mortos, um espelho daquela, que reflete mais do que nunca as particularidades de uma sociedade.

2.2. A morte cristã nas cidades brasileiras

O Brasil, tendo passado por um processo de colonização europeia, teve que incorporar a morte cristã católica às suas práticas culturais, crenças que se misturaram principalmente a outras das religiões indígenas e africanas e que foram hegemônicas no país por séculos. Neste tópico, será discutido como se deu o estabelecimento destas práticas mortuárias no contexto brasileiro, especialmente no que diz respeito à relação entre os mortos e a cidade.

Franco (2010, p. 136) afirma que “a morte tem um papel bastante significativo no período colonial do Brasil, em que grupos étnicos diferentes encontravam-se num contexto novo”. Embora falar da cultura africana seja falar de um grupo bastante diverso em etnias e concepções, pode-se dizer que de modo geral, africanos e portugueses tinham ambos uma preocupação de cuidado com os mortos, claro sob motivações diferentes, mas que acabaram por contribuir para o amálgama de um catolicismo popular, onde elementos cristãos misturavam-se fortemente a elementos mágicos e pagãos.

Já os indígenas apresentavam uma relação com a morte bastante diferente daquela do colonizador europeu, segundo Cymbalista (2006), cujo estudo comparativo focou principalmente nas práticas dos índios que habitavam a faixa litoral brasileira, os tupis. Para estes, os relatos da época mostram que era repugnante a ideia do sepultamento, do corpo apodrecendo e sendo devorado pela terra. Sua ideia de morte ideal era a morte em batalha, sendo também muito ligados aos rituais antropofágicos, que garantiriam sua perpetuação após a morte. Os vivos não costumavam ter morada fixa, por isso também não havia grande preocupação em consegui-la para os mortos.

O autor relata como essa postura vai se modificando com a difusão e imposição da fé católica na colônia. O culto aos mártires é trazido pelo colonizador a terras brasileiras, e os sacrifícios em nome da fé inspirados nas figuras dos santos mártires constituíram pontos importantes no domínio do território e na posterior constituição de cidades. Os martírios chegaram a ser instrumento de grande apelo junto aos tupis que muito valorizavam a coragem e o sacrifício. Eles admiravam a ânsia dos religiosos por derramar o próprio sangue em nome da conquista do território para Deus, também as narrativas de vida dos santos chamavam sua atenção. Em muitos casos, essas narrativas passavam por adaptações para corresponderem ao imaginário indígena.

A leitura ocidental afirmava o martírio como prova de amor e abnegação. Já para os tupi, o martírio era prova de coragem, inserida em um sistema cultural em que a vingança era o ponto chave (...) A coragem ante o sofrimento e a morte, do qual o mártir era exemplo máximo, era algo valorizado pelos índios (CYMBALISTA, 2006, pp. 124-125).

Relacionando o processo da colonização brasileira com o de urbanização, a partir do surgimento dos primeiros povoados e núcleos urbanos, é importante destacar que

[...] antes de construir a primeira casa, a primeira igreja, antes de levantar a primeira cruz, na verdade antes mesmo de pisar nesta terra, os colonizadores já traziam consigo cidades, em seu imaginário, em seus mitos e costumes. Navegaram na companhia dessas cidades. Eram tão dependentes do organismo urbano quanto nós somos hoje (CYMBALISTA, 2006, p. 24).

Dessa forma, o colonizador vai moldando o território dominado de acordo com preceitos já conhecidos de vida urbana. A figura do mártir, como nas cidades europeias, tem papel fundamental, sendo costume consagrar cada novo pedaço de chão a um santo protetor, por vezes santos trazidos do Velho Mundo, mas em muitos casos, novos mártires, que se sacrificavam nos confrontos com os nativos.

A presença dos mortos como pressuposto para o estabelecimento de cidades no interior de São Paulo também é estudada por Cymbalista (2002), que relaciona o cemitério, marco físico da morte, à construção de capelas às quais seguiram-se o crescimento de núcleos urbanos no interior do estado, como foi o caso de Campinas. Percebe-se, assim, em terras brasileiras a relação entre vivos e mortos no processo de urbanização, como observado nos estudos de origem da cidade. Nas palavras de Barata Neto (2012, p. 12), “as origens das relações entre vivos e mortos sofrem uma proximidade e dependência tão grande que, muitas vezes, não se consegue afirmar quem chegou primeiro (se os vivos ou os mortos)”.

A familiaridade com os mortos, própria do cristianismo desde os tempos medievais, foi assim instituída na cultura colonial brasileira, sendo o sepultamento eclesiástico seguido pela maioria da população por centenas de anos. Até meados do século XIX, enterravam-se os mortos no interior ou no entorno das igrejas, em conventos, capelas particulares, ao longo das estradas, ou ainda, em cemitérios de escravos dentro das fazendas.

Tratava-se de um costume tão forte dentro de uma lógica de manutenção da memória, do elo familiar e de uma marcada distinção dentro da pluralidade crescente da sociedade brasileira, bem como da crença na ressurreição dos corpos no juízo final, que mesmo após a secularização dos cemitérios, algumas famílias mais abastadas continuavam a ter membros inumados nos templos dentro de suas propriedades ou em cemitérios particulares (RIBEIRO, 2005).

Nos centros urbanos, o enterro dentro das igrejas, *ad sanctus*, por sua vez respeitava certas regras hierárquicas quanto ao posicionamento do corpo. Marcílio (1983) aponta que o enterro próximo aos altares era privilégio dos mais ricos e do clero, pois garantia uma maior segurança para a alma, atitude que se relacionava às práticas medievais de enterro próximo aos mártires. Cabia às irmandades religiosas administrar esse espaço e executar os rituais fúnebres.

Por meio de gordas “esmolas” à igreja, podia-se conseguir até mesmo sepulturas perpétuas nos locais mais privilegiados do templo, sepulturas individuais ou familiares. Enquanto isso, aos que não podiam pagar, o enterro no adro era gratuito. O sepultamento em solo eclesiástico, por outro lado, era expressamente proibido aos não católicos, aos que não cumpriam com seus compromissos com a igreja, blasfemos, suicidas, entre outros. Muitos senhores também precisavam ser constantemente lembrados pelos padres de tomar os cuidados necessários para encomenda das almas de seus escravos cristãos, não largando seus corpos em lugares indignos (REIS, 1991). Gilberto Freyre conta que, nas cidades, o destino de muitos negros depois de mortos acabava muitas vezes sendo as beiras das praias, onde eram enterrados em covas rasas. Ali, “os cachorros quase sem esforço achavam o que roer e os urubus o que pinicar” (FREYRE, 2001, p. 491).

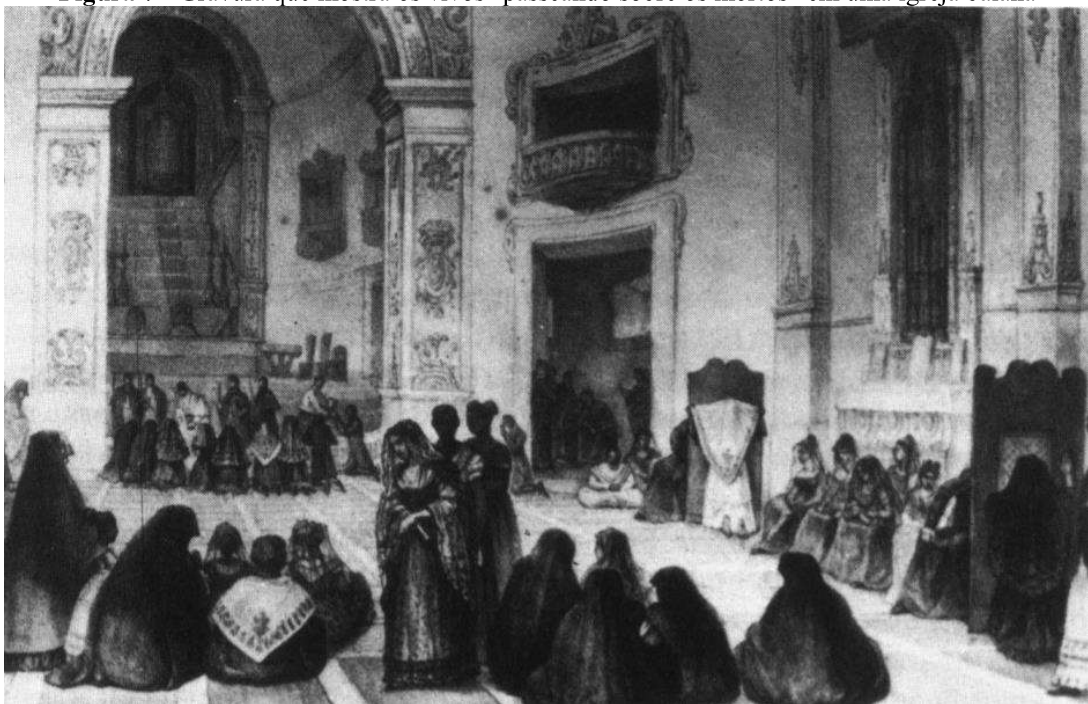
Reis (1991) nos apresenta o cenário da morte em chão eclesiástico baiano, indicando o enterro dos defuntos no interior das igrejas em covas retangulares de oito a seis palmos de profundidade cobertas com mármore, pedra de Lioz ou madeira. As covas eram numeradas

para que não fossem abertas as que tivessem sido usadas recentemente. “Normalmente, as sepulturas acolhiam vários cadáveres ao longo dos anos, sendo reabertas à medida que se desintegravam” (REIS, 1991, p. 173).

Naquele tempo as igrejas não eram mobiliadas com bancos ou cadeiras, exceto alguns poucos às vezes, que eram encostados à parede. Os documentos falam de bancos levados pelos interessados para cerimônias de corpo presente – o que devia se repetir em outros eventos, como casamentos e batizados –, mas logo em seguida retirados. Os freqüentadores das igrejas oravam e assistiam a missas de pé ou ajoelhados e, quando cansados e quando fosse apropriado, sentavam-se no chão, isto é, sobre as sepulturas (REIS, 1991, p. 174).

Dentro dessas igrejas, portanto, os vivos “passeavam sobre os mortos” (Figura 5) durante as cerimônias religiosas, numa convivência cotidiana e familiar. Rodrigues (1997, p. 21) descreve: “Ao frequentarem as igrejas, pisavam, caminhavam, sentavam e oravam sobre seus mortos, a todo o tempo sentindo seus odores, expressando uma determinada sensibilidade olfativa resultante da fé existente na sacralidade dos sepultamentos eclesiásticos”.

Figura 7 - Gravura que mostra os vivos "passeando sobre os mortos" em uma igreja baiana



Fonte: REIS, 1991, p. 175.

A mesma autora cita que Thomas Ewbank, inglês radicado nos Estados Unidos, visitando o Brasil por alguns meses do ano de 1846, descreve a pompa e o luxo dos enterros na Corte do Rio de Janeiro, mas também registra o terrível mau cheiro que os dias úmidos faziam se espalhar pelas igrejas lotadas de covas. Na época, essa convivência entre vivos e

mortos já era questionada e declarada perigosa pela classe médica brasileira, que indicava a necessidade de se afastar os mortos das igrejas e do perímetro urbano pelo bem dos vivos.

Havia uma ideia difundida no Brasil do século XIX, de que “existia um caminho a ser seguido por todas as cidades que buscavam o ‘progresso’, ou seja, uma espécie de modelo geral que primava pelo ‘aperfeiçoamento moral e material’” (COE, 2008, p. 9). Essa ideia provinha principalmente dos saberes médicos desenvolvidos para a prevenção de doenças por meio de “uma política de higienização dos espaços urbanos, direcionando seu olhar e olfato para os sepultamentos eclesiais, dentre outras práticas, tidas como prejudiciais à salubridade pública” (RODRIGUES, 1997, p. 22), mudanças já vigentes na Europa, sendo Paris vista como o grande exemplo de cidade moderna.

Coe (2008) aponta que nesse cenário, é instituída a Lei Imperial de Estruturação dos Municípios em 1828, regulamento que encarregava as Câmaras Municipais de reorganizar os espaços urbanos de acordo com os padrões de higiene estabelecidos na época para a constituição de cidades mais saudáveis. Uma das regras instituídas pelo regulamento dizia respeito à interrupção dos sepultamentos nas igrejas e a construção de cemitérios a céu aberto em área afastada das cidades. A lei, no entanto, não garantia verbas para a implementação das medidas e ainda haveria forte resistência à criação dos cemitérios públicos, protelada por décadas até que com as várias epidemias que assolaram diversas cidades do país, os mortos finalmente saíssem das igrejas e das cidades para os cemitérios públicos, a maioria construída na segunda metade do século XIX.

Reis (1991) estuda o movimento conhecido como Cemiterada, ocorrido em Salvador no ano de 1836, após a instituição de lei municipal que faria cessar os sepultamentos *ad sanctos* na cidade. Membros das irmandades e populares destruíram quase completamente o recém construído Cemitério Campo Santo, que só pôde iniciar suas atividades em 1844. Essa reação da capital baiana foi um dos fatores que fez outros municípios recuarem à implementação das medidas da Lei Imperial por tantos anos.

Rodrigues enfatiza que o estabelecimento dos cemitérios extramuros serviu também como catalisador de um processo de secularização da mentalidade da época, não só em relação à morte, mas que viria a se refletir no novo espaço dos mortos na sociedade, com a secularização dos cemitérios mais para o final do século XIX. Sobre isso, Dillmann escreve:

[...] tratando-se de cemitérios, dois momentos peculiares foram marcantes no século XIX: a proibição dos enterramentos na igreja, com a criação de cemitérios extramuros, que eram públicos, mas possuíam os auspícios religiosos da Igreja e a secularização dos cemitérios com o fim da ingerência católica sobre os mesmos, que além de públicos tornaram-se livres a todos os cultos religiosos, sendo regulados pelas municipalidades (DILLMANN, 2013, p. 60).

A construção dos cemitérios públicos seculares veio em tese, nivelar o direito de um sepultamento digno, principalmente para os não católicos. Difundia-se a ideia de um “território onde todos os cidadãos poderiam igualmente ter sepultura ou cultuar a memória de parentes e amigos através de visitas periódicas” (RIBEIRO, 2005, p. 124), daí advinha parte da relutância de certas famílias tradicionais de confiarem seus mortos a estes espaços, já que cemitérios a céu aberto longe do solo eclesiástico inicialmente constituíam um espaço de segregação para mortos negros, indigentes e hereges.

Mas a distinção dos funerais e das sepulturas a céu aberto instaurou-se aos poucos, passando a refletir principalmente divergências sócio-econômicas das famílias que agora zelavam e geriam a memória de seus mortos. Essa cidade dos mortos que permaneceu fora dos limites da cidade dos vivos até voltar a ser alcançada pela urbanização pode então ser concebida como um “local por excelência de reprodução simbólica do universo social e das expectativas metafísicas dos membros de uma dada coletividade” (RIBEIRO, 2005, p. 125).

3. METODOLOGIA

O presente trabalho possui enfoque qualitativo, que, como aponta Chizzoti (2005) caracteriza pesquisas voltadas “à compreensão do sentido dos atos e das decisões dos atores sociais ou, então, dos vínculos indissociáveis das ações particulares com o contexto em que estas se são” (CHIZZOTTI, 2005, p. 78). Ou seja, assume-se uma postura interpretativa dos dados coletados que se opõe à estabilidade controladora de pesquisas experimentais. Em resumo, na pesquisa qualitativa, “o conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; [...] O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações” (CHIZZOTTI, 2005, p. 79).

Quanto à natureza da pesquisa, esta caracteriza-se como básica, por destinar-se unicamente à ampliação do conhecimento sobre o tema proposto, sem preocupação com benefícios práticos (GIL, 2010). A partir dos objetivos estabelecidos, o trabalho apresenta caráter exploratório, por ter “como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito” (GIL, 2005, p. 27).

Esta pesquisa define-se ainda como bibliográfica e documental, uma vez que para atingir o objetivo proposto de analisar as transformações na cidade de Manaus a partir de seus cemitérios desde sua fundação até o final do século XIX, recorreu-se a fontes bibliográficas (livros, jornais, sites, artigos, monografias, dissertações e teses) e documentais (discursos políticos, leis e códigos de postura).

Foram utilizadas fontes primárias e secundárias para a coleta de dados histórico-geográficos que permitiram a tentativa de resgatar as transformações das espacialidades dos mortos na cidade de Manaus durante o período de tempo estipulado. Para acesso a fontes primárias e parte das bibliográficas, recorreu-se ao acervo digital da Biblioteca Nacional, da Biblioteca Virtual do Amazonas e do *Center For Research Libraries*, além do Arquivo Público do Estado do Amazonas. Relata-se ainda que os Códigos de Postura do estado foram consultados no volume organizado pela professora Patrícia Melo Sampaio, publicado pela Editora da Universidade Federal do Amazonas.

As fontes bibliográficas constituíram livros, monografias, dissertações e teses principalmente das áreas de geografia, história e arquitetura. Entre os autores utilizados

destaca-se Durango Duarte, Mário Ypiranga Monteiro, Ottoni Mesquita, Paul Marcoy, Carla Nagel e Etelvina Garcia.

A pesquisa envolve também consulta a fontes iconográficas relacionadas à história das necrópoles estudadas, buscando-se assim, aliar o recurso visual às descrições resgatadas acerca desses espaços. As principais fontes iconográficas consultadas foram os acervos digitais da Biblioteca Nacional e do Instituto Durango Duarte, além das imagens presentes nas fontes bibliográficas e documentais. Algumas figuras inseridas nos resultados localizam-se temporalmente alguns anos após o período de tempo estabelecido para a pesquisa, no entanto, foram utilizadas por acreditar-se, com base em informações obtidas na investigação, que não apresentam significativa diferença em relação ao período estudado.

As fontes bibliográficas e documentais foram analisadas e fichadas e as informações organizadas de maneira lógica de modo a compor os resultados dessa pesquisa, onde se apresenta um resgate da história de Manaus evidenciando os espaços destinados ao sepultamento dos mortos. Essa história está apresentada de forma cronológica, dividida em três momentos históricos definidos pelas principais transformações vividas pela cidade.

O trabalho de pesquisa dividiu-se em três momentos distintos, cada um composto por uma série de etapas, a saber:

1º momento: Levantamento de referencial teórico

- a) Levantamento bibliográfico preliminar;
- b) Leitura exploratória e seleção de obras;
- c) Leitura analítica e fichamentos;
- d) Produção de texto teórico.

2º momento: Coleta de dados para análise

- a) Identificação das fontes;
- b) Localização, obtenção e leitura do material;

3º momento: Análise e interpretação dos dados

- a) Organização os dados obtidos em uma estrutura lógica;
- b) Análise e interpretação dos dados;
- c) Redação dos resultados da pesquisa.

A pesquisa adotou o método de abordagem histórico-crítico-dialético, que, de acordo com Sposito (2000), produz uma ciência que “pode ser encarada como um empreendimento humano, histórico e que serve de mediação entre o homem e a natureza, no seu processo de apropriar-se da mesma e construir-se como sujeito pela ação transformadora sobre ela (a natureza)” (SPOSITO, 2000, p. 357). Ou seja, esta abordagem preza pela análise do constante processo de trocas do homem com o meio, o primeiro, visto como sujeito histórico-social que sofre influência de seu contexto econômico, político e cultural e que ao mesmo tempo é essencialmente transformador da sociedade.

Cabe destacar a historicidade como fator fundamental de constituição desse método, trazendo uma visão diacrônica dos fenômenos, visando à compreensão da sociedade como movimento, palco das relações sociais, o que envolve também contradições e conflitos. A materialização dessas questões no espaço garante que o espaço geográfico seja cenário de constantes transformações, refletindo o devir contínuo da sociedade, e é neste âmbito que se pretendeu aqui estudá-la.

4. A MANAUS DOS MORTOS

Para apresentar os resultados referentes ao resgate das transformações vividas por Manaus a partir de seus cemitérios, decidiu-se por nomear três períodos distintos com base em marcos de transformação da cidade, de modo a destacar as espacialidades dos mortos ao longo do recorte temporal. O primeiro período, denominado “A morte colonizada”, conta da primeira ocupação pelos colonizadores portugueses, na segunda metade do século XVII, com um Forte estabelecido sobre um antigo cemitério indígena, englobando os longos anos em que se teve as igrejas e seus entornos como principal espaço de sepultamento cristão. O segundo período, “A morte civilizada”, apresenta os esforços realizados no sentido de estabelecer os primeiros cemitérios públicos a partir da instituição da província do Amazonas. Já o período em que se refere a “A morte na *Belle Époque*” diz respeito às três últimas décadas do século XIX, quando Manaus, enriquecida pela exploração da borracha, tem os cemitérios públicos como espaço de monumentalidade e afirmação social.

4.1. A morte colonizada

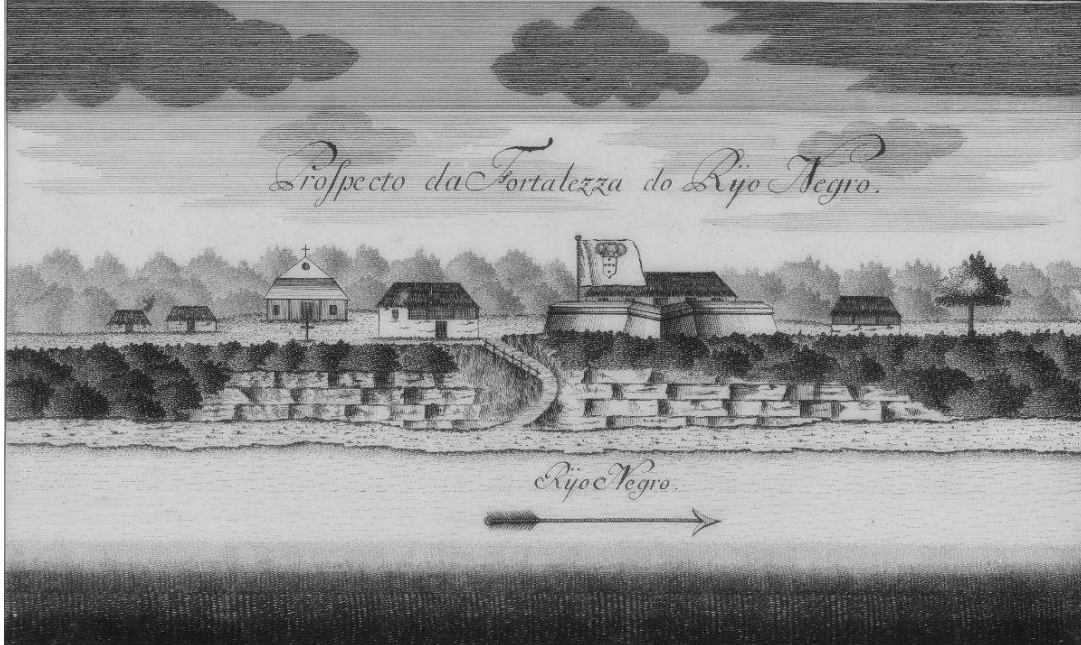
A ocupação do solo que atualmente corresponde à cidade de Manaus deu-se de forma lenta ao longo de muitos anos, tendo como motivação primeira o fator político da exploração de novos domínios para os portugueses para além do meridiano de Tordesilhas. Mário Ypiranga Monteiro (1994, p. 13) considera que acima de tudo essa ocupação caracteriza-se como obra não planejada, sendo “mais obra de improvisação do homem apressado, [...] uma aventura e uma improvisação que continuam no tempo”.

O autor aponta que em 1657, a tropa de resgate comandada por Bento Maciel Parente, com os padres Manuel Pires e Francisco Veloso, foi a primeira a assentar-se, ainda que provisoriamente, na área, num arraial na boca do rio Tarumã, onde fixou-se a cruz do Tarumã, rezando-se uma missa em que se consagrava a aldeia à Nossa Senhora da Conceição. Seguiram-se outras tropas de resgate atrás de mercadoria indígena, sempre na companhia de missionários, que tinham o papel de procurar dominar os nativos por meio da persuasão, trazendo-os para seu intuito.

Buscando garantir o território português na boca do Rio Negro, mantendo afastados jesuítas espanhóis, indígenas hostis e os holandeses, construiu-se, em 1669, a Fortaleza de São José do Rio Negro (Figura 8), marco de origem da cidade de Manaus, “tratava-se de uma

obra rústica, de forma quadrangular, feita de grossas paredes de pedra e barro, com uma das faces para o rio, no local onde se acha hoje o prédio da Fazenda Pública do Estado, e cuja construção durou cerca de quatro anos” (BITTENCOURT, 1999, p. 3).

Figura 8 - Prospecto da Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro, feito por João André Schwebel, em 1756



Fonte: Biblioteca Nacional Digital. Disponível em:
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1095066/mss1095066.htm.

“Foi à sombra protetora do Fortim que nasceu Manaus. A princípio simples aldeamento de nativos que vinham, naturalmente, entreter comércio com os soldados da guarnição” (REIS, 1999, p. 33). Os nativos constituíam-se de Manaos, Barés, Banibas e Passés, dos quais muitos trabalharam na construção do Forte, por influência dos missionários catequistas. Segundo Garcia (2005), a essa época Manaus não possuía um nome oficial, mas pelo costume, passou a ser conhecida por “Lugar da Barra”, uma tímida reunião de habitantes de palhoças humildes.

Bittencourt (1999) enfatiza a presença de um vasto cemitério indígena no espaço onde se agregavam os habitantes desse simples povoado. Sua existência remonta a antes da chegada dos portugueses e a evidência de sua localização na figura de achados arqueológicos é o último vestígio remanescente dos tempos do Forte. Monteiro (1998) aponta que a área compreendida por esse primitivo cemitério atualmente corresponde ao trecho ocupado pela Praça IX de Novembro, Praça D. Pedro II e Edifício do I.A.P.E.T.E.C., área que ainda seria conhecida como Largo do Cemitério, no bairro de São Vicente de Fora.

Essa Manaus dos Mortos anterior à Manaus dos vivos representada pelo cemitério indígena certamente remonta a tudo que já foi aqui abordado acerca da primazia dos mortos em relação aos vivos na constituição das cidades. No caso de Manaus, o edifício considerado fundador da cidade foi erguido sobre essa cidade dos mortos, justamente relacionada aos índios que viriam dar nome à futura urbe. Aubreton (2012, p. 82) chega a alegar que “um dos traços marcantes do comportamento dos povos dominadores era o de ocupar os chamados lugares ‘mágicos’ dos povos nativos, como forma de impor a sua hegemonia”. Sob essa ótica, a presença dos mortos, compondo um lugar sagrado para os índios, poderia ter sido um dos motivos para o próprio início da ocupação do território de Manaus.

“O colonizador foi abrindo caminho sem cerimônia sobre a memória de nossos antepassados – o grande cemitério indígena que cobria o Largo da Trincheira e do Pelourinho – abrindo caminho para as ruas do Deus Padre, Deus Filho e Deus Espírito Santo” (GARCIA, 2006, p. 158). Sobre um espaço dos mortos instituído por crenças indígenas, criam-se então ruas de nomenclatura cristã, o que evidencia o processo de dominação cultural perpetrado na conquista europeia do “novo mundo”.

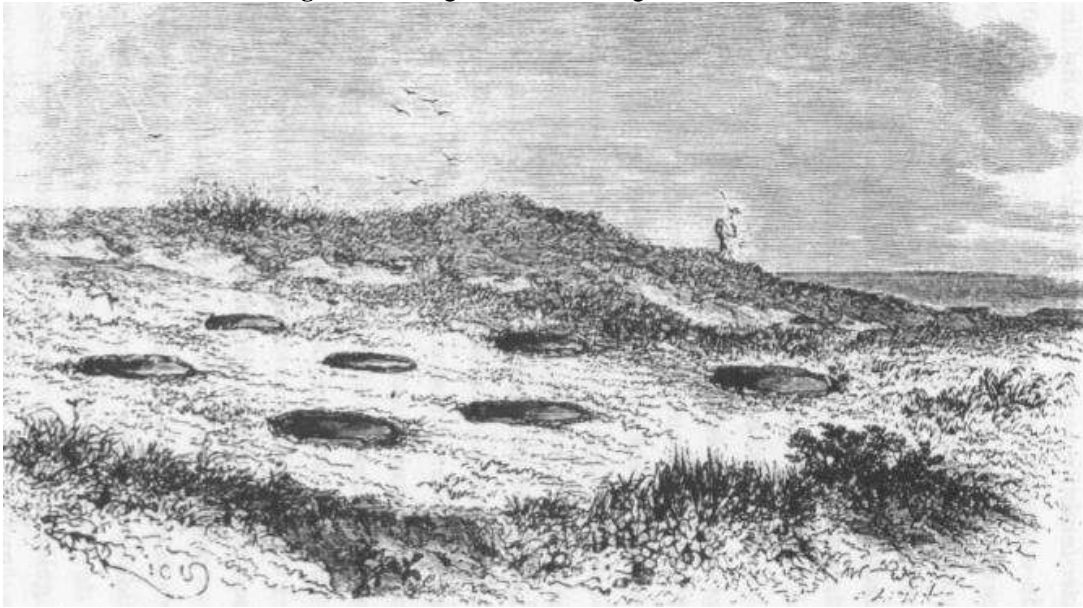
No Lugar da Barra houve ainda, no entanto, por um bom tempo, a perpetuação de hábitos nativos num povoado em que os indígenas excediam em grande número os brancos. Segundo Bittencourt (1999), o primitivo cemitério foi incorporado ao seu cotidiano, tendo os índios continuado ainda a enterrar ali os seus, não havendo registro exato de quando essa prática teria se encerrado.

Narrativas posteriores de viajantes acrescentam detalhes acerca das características dessa necrópole nativa. Paul Marcoy, viajante francês que visitou a cidade em algum momento entre os anos de 1847 e 1860, observa

certos orifícios circulares espalhados pelo chão até os muros da fortaleza. Essas cavidades são sepulcros. E em alguns deles ainda vêm os vasos de barro, inteiros ou quebrados em que os Manaos colocavam seus mortos. Esses vasos, feitos de material grosseiro de cor pardo-escuro encontram-se ao nível de chão. Sua profundidade varia de 70 cm a 1m; o diâmetro das bocas é cerca de 40 cm. Desenhos grosseiros em forma de losangos, zigue-zague, galões, etc., são traçados em preto na superfície externa. Alguns tem a tampa, mas na grande maioria estão abertos e vazios. Dos corpos que antigamente continham não resta qualquer vestígio para satisfação dos curiosos, a não ser uma mistura de cinzas humanas e poeiras trazidas pelo vento (MARCOY, 2001, p. 166).

Além de seu relato, Paul Marcoy apresenta também uma ilustração do antigo cemitério que descreve (Figura 9):

Figura 9 - Antigo Cemitério indígena em Manaus

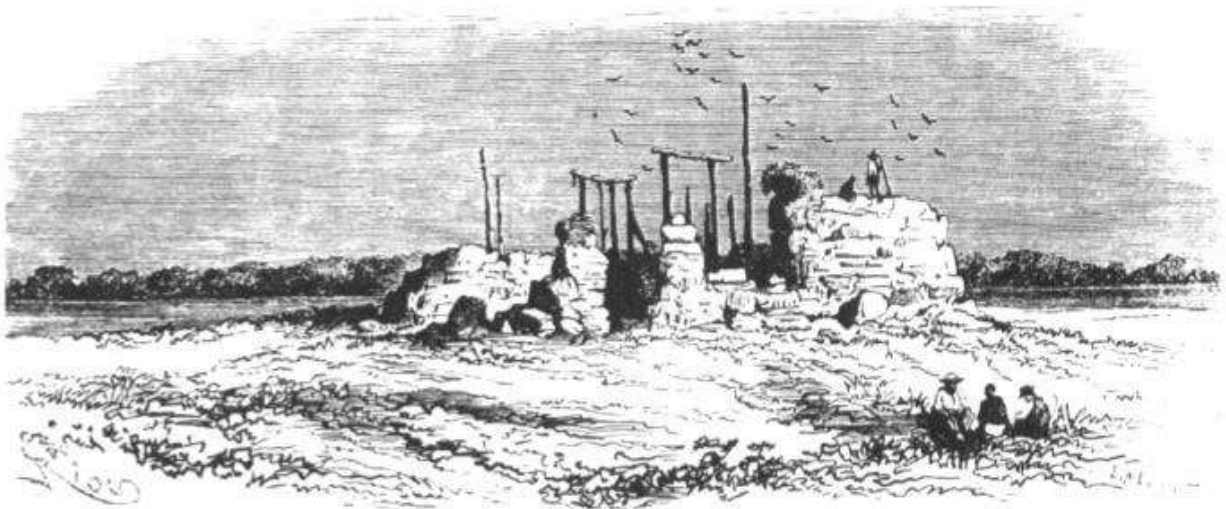


Fonte: Marcoy, 2001, p. 165.

Marcoy traz também uma breve reflexão acerca da existência do cemitério ao admirar a vista do alto da colina que contém o que já eram então apenas as ruínas da antiga Fortaleza do Rio Negro (Figura 10):

A Segunda vista é alcançada da colina da antiga fortaleza em ruínas. [...] Ao pôr-do-sol esse cenário, um único lençol de água preta, sem um sopro de ar que encrespe sua superfície ou um pássaro que lhe dê movimento, ganha um aspecto estranho, quase sobrenatural; poderia-se pensar que uma mortalha foi estendida sobre os mortos que habitam essa parte do lugar (MARCOY, 2001, p. 172).

Figura 10 - Ruínas da Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro em ilustração de Paul Marcoy



Fonte: MARCOY, 2001, p. 161.

O relato do engenheiro e desenhista alemão Franz Keller-Leuzinger, situado entre 1867 e 1869, registra o que vê quando da chegada na cidade pelo rio:

The ruins of the little Portuguese fort Sao Jose da Barra do Rio Negro, are seen on the left. But they awake much less interest than an old Indian cemetery, recently discovered on levelling the ground in the neighbourhood of the ramparts. Hundreds of those large urns of red clay (Igaçabas), in which the aborigines used to bury their dead, are seen there in long rows, and at no great depth in the earth (Figura 11). In many of them the remains of human bones have been found, whose state of decomposition showed them to be of very ancient date ¹ (KELLER, 1875, p. 40).

Figura 11 - Desenho que acompanha o relato de Franz Keller acerca do antigo cemitério indígena próximo às ruínas do Forte de São José



Fonte: KELLER-LEUZINGER, 1875, p. 40.

Ambos trazem descrições instigantes que ratificam a localização do antigo cemitério e sua permanência mesmo tempos depois de ter sido abandonado, voltando à tona após ser encoberto pela cidade dos vivos. O segundo relato faz lembrar ainda do que diz Mumford (1998) acerca dos mortos da Roma antiga saudando os viajantes que se aproximavam das cidades. Ainda que o que houvesse ali fossem apenas vestígios dessa antiga Manaus dos

¹ As ruínas do pequeno forte português de São José da Barra do Rio Negro são vistas à esquerda. Mas despertam bem menos interesse que o velho cemitério, recentemente descoberto com o nivelamento do chão nas proximidades dos muros. Centenas dessas grandes urnas de argila vermelha (Igaçabas), nas quais os aborígenes costumavam enterrar seus mortos, são avistadas ali em longas fileiras, e não muito profundas no solo. Em muitas delas foram encontrados restos de ossos humanos, em estado de decomposição que indicava serem bastante antigos (Tradução livre da autora).

mortos à mercê dos curiosos, sua presença chamou a atenção dos viajantes e atesta as raízes nativas da cidade sob o solo transformado pela colonização.

Voltando aos primeiros anos do Lugar da Barra, em 1695, é construída pelos carmelitas nas proximidades do Forte, com madeiras grosseiras e palha das palmeiras, uma ermida consagrada a Nossa Senhora da Conceição da Barra do Rio Negro (pode-se observá-la na Figura 8, à esquerda do Forte), Matriz onde passam a ser realizados os assuntos paroquiais. Estava então constituído o lugar sagrado para realização das inumações dos cristãos que ali falecessem, em harmonia com os preceitos católicos, no interior e entorno mais próximo da Matriz (BITTENCOURT, 1999).

Observa-se nessa necessidade da edificação de um templo, por mais humilde que fosse, para simbolizar o domínio europeu/católico sobre o território, uma preocupação em assegurar o lugar de afirmação dos hábitos da civilização cristã, entre os quais sabe-se estar a garantia do lugar dos mortos em meio aos vivos, no corpo da igreja. A partir do que foi dito por Cymbalista (2006) sobre as cidades que os colonizadores traziam em seu imaginário, sabe-se também que com isso buscava-se constituir um núcleo de povoação que remetesse à ordem urbana europeia, onde a igreja era o centro social e espiritual da cidade.

Foi, portanto, a partir da área onde edificaram-se Forte e Matriz, os dois símbolos do poderio português e da nova ordem ali instalada, contíguos ao primitivo cemitério dos Manaos, que passou a se desenvolver o povoado, “retalhando o sítio de maneira irregular, seguindo a topografia e definindo o traçado da cidade de modo informal, como característica da tradição cultural portuguesa” (RABELO, 2008, p. 17). Percebe-se então que os primeiros lugares dos mortos em Manaus refletem bem a identidade da cidade: essência indígena levada a conviver com os brancos e seus hábitos, um contato que se torna literal na materialidade do espaço e vai formando um amálgama cultural estabelecido ao longo dos anos juntamente com a cidade.

Rabelo (2008) enfatiza que a modesta igreja foi inicialmente erigida com material nativo. O “Templo de taipa” muito se assemelhava a uma oca, reverberando as características da maior parte de sua população. Relatos de viajantes e outros visitantes testemunham as impressões pouco lisonjeiras acerca do aspecto dito tosco da igreja em frente à aldeia. Um desses relatos é o de Frei Caetano Brandão que, em visita episcopal ao Lugar da Barra em 1788, escreve o seguinte: “O que direi da Igreja! He um armazém desprezado, quase sem

forma de templo, sem Sacristia, sem portas; em lugar dellas hum indigno cancello, que não apanhava o meio do portal” (BRANDÃO, apud REIS, 1999).

Duarte (2009) afirma que as precárias condições estruturais da antiga Matriz fizeram com que a Junta Governativa da Capitania de São José do Rio Negro decidisse demoli-la em 1781, sendo uma nova reerguida apenas em 1782, para voltar a ser demolida antes de finalizada por ordem do governador Manuel da Gama Lobo D’Almada, que não se agradara de suas feições e tamanho e quis que fosse refeita.

Segundo Rabelo (2008), a nova Matriz era agora de madeira de lei e fazia parte de um conjunto de melhoramentos empreendidos por Lobo D’Almada na tentativa de adequar o humilde Lugar da Barra, ainda nem mesmo Vila, ao status por ele conferido em 1791 de sede da Capitania do Rio Negro. Esse foi o primeiro esforço para a urbanização de Manaus, mas acabou frustrado pela decisão expressa em Carta Régia de 1798 de que a capital voltasse para Barcelos.

Ao longo de algumas décadas já estavam decadentes muitos dos melhoramentos edificadas. Só em 1808, o título de capital voltaria à Barra, que ainda assim não seria elevada a vila. De acordo com Reis (1999), seguem-se dias sem progresso assinalável para o Lugar, com administradores pouco interessados em promover mudanças significativas.

No governo de Joaquim Manuel do Paço, no entanto, uma obra merece destaque, é a construção da Capela de Nossa Senhora dos Remédios. O empreendimento foi possível, como aponta Duarte (2009), pela criação de um imposto que obrigou todos os moradores da capitania a contribuírem com dinheiro para a construção do templo em homenagem à Virgem dos Remédios no bairro de mesmo nome, distante da área em torno do Forte, onde mais se concentrava o povoado.

Ainda segundo Duarte (2009), depois de contratempos que marcaram o processo de sua construção, a capela é aberta ao público em 1822. Com uma nova igreja, a população tem mais um lugar cristão de referência para o enterramento de seus mortos, lugar este que Aubreton (2012) afirma ter sido também anteriormente um cemitério indígena.

Reis (1999) indica que nas décadas seguintes à criação da capela, prosperava um novo núcleo da cidade no bairro dos Remédios. Em 1832, o autor relata que o Lugar da Barra apresentava “onze ruas e uma praça. O traçado já era regular. As casas estavam em

alinhamento. [...] Mas fora desse âmbito, contava-se intensa a população dos sítios, das roças que atingiam a Cachoeirinha e o que é hoje a praça da Saudade” (REIS, 1999, p. 63).

Em 1850, como aponta Rabelo (2008), meses antes da criação da província do Amazonas, um incêndio de causas não esclarecidas pela historiografia, transformou o “templo de madeira de lei” no “templo de cinzas”. A então já Cidade de Nossa Senhora da Conceição da Barra do Rio Negro ficaria sem sua principal construção religiosa ainda por vários anos e esta não seria reconstruída no mesmo local. Nesse intervalo, a modesta e distante Capela dos Remédios passa a fazer as vezes de Matriz. Mesmo destruída a antiga Matriz, o espaço ocupado por ela e seu entorno continuava a ser usado como local de enterramento dos mortos, de acordo com um texto do jornal *Estrella do Amazonas* de 1854.

4.2. A morte civilizada

Em 1852, é criada a província do Amazonas, com a Cidade da Barra – que só viria a receber oficialmente o nome de Manaus em 1856 – como sua capital e tendo como primeiro presidente João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha. A cidade, apesar do novo status, mantinha-se um lugar tranquilo, onde a vida passava mansamente. Contava então com mais ou menos 6.000 habitantes e seu centro urbano era composto por 243 casas, das quais 122 cobertas de palha (BITTENCOURT, 1999, p. 19). Uma planta da cidade de 1852 (Figura 12) apresenta ainda o local do Forte marcado com o símbolo de uma estrela, e duas pequenas cruzes sinalizam os locais das duas igrejas, a Matriz perdida no incêndio e a Capela dos Remédios.

Figura 12 - Planta da cidade de Manaus, 1852



Fonte: *Um olhar pelo passado*, Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, 1897, apud Acervo Digital do Instituto Durango Duarte. Disponível em: <https://idd.org.br/acervo/planta-da-cidade-de-manaos/>.

Quando da instalação da Província, uma fala do vice-presidente Manoel Gomes Correa de Miranda atesta que a Capela de Nossa Senhora dos Remédios continuava a ser o único templo da capital e a servir de Matriz, apesar de não comportar todos os fiéis nos dias mais concorridos e ser necessário atravessar dois igarapés – o que era feito de canoa nos tempos de cheia – para seu acesso. Não se tinha ainda efetuado a construção de uma substituta para a igreja incendiada, por falta de meios. No ano seguinte, o presidente Herculano Ferreira Pena, em fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial, se pronuncia acerca dos melhoramentos que enxergava necessários para a nova província e, entre as obras públicas consideradas de mais urgência estava um cemitério público para a capital.

A década de 1850 é justamente o período em que Cymbalista (2002) aponta mais terem se proliferado os discursos de presidentes das províncias do império a favor dos cemitérios públicos. A agora capital da província do Amazonas, também passa a fazer parte do clima de pressão instituído por todo o território brasileiro para afastar os mortos do convívio cotidiano público.

Já em 1848, o Código de Posturas Municipais do Amazonas dispunha acerca dos cemitérios, obrigando que as Câmaras Municipais cumprissem o disposto na Lei Imperial de 1828 e instituíssem cemitério com capela para realização dos enterramentos até o fim do ano de 1852, sob pena de multa de 30 mil réis por cada um de seus membros caso não o fizessem.

Pelo bem da salubridade pública, não se podia mais admitir

[...] continuar a repugnante e lamentável prática, que todos os dias observamos de enterrarem-se os cadáveres no largo da extincta Matriz (um dos lugares mais freqüentados da Cidade e que nunca servio de Cemiterio) e nas imediações da Igreja dos Remédios, onde se tem visto restos mortaes dos nossos semelhantes espalhados sobre a terra, e expostos sem o menor resguardo a voracidade dos cães e outros animaes (ESTRELLA DO AMAZONAS, 13 de maio de 1854, p. 7).

Aos mortos, que até então integravam-se ao centro da Cidade da Barra, é preparado um lugar considerado mais adequado à civilidade. Uma área na Estrada da Cachoeira Grande já havia sido designada como propícia para o intento, mas sua construção levaria muito tempo devido à falta de mão-de-obra e matéria prima para a construção da Capela, necessária para os ofícios fúnebres. O presidente da província decidiu-se deste modo por cercar a área por trás da Igreja dos Remédios para servir de cemitério público provisório. O lugar já continha sepulturas e era ainda bastante isolado, estando cercado por mato e longe das poucas casas do bairro.

Do mesmo modo que em outras localidades Brasil afora, essa transição não se deu livre de descontentamento por parte da população na Cidade da Barra. Em razão de algumas pessoas mostrarem-se desgostosas diante das obras para o cemitério, a edição de 13 de maio de 1854 do *Estrella do Amazonas* traz um texto em defesa da construção deste com base nos já conhecidos preceitos médicos repercutidos na época e criticando a indecência dos enterramentos como vinham acontecendo. Um trecho desse texto apresenta a fala do juiz de direito da Comarca do Amazonas e chefe de polícia da província, Dr. Manoel Gomes Corrêa de Miranda:

Me parece que a bem da salubridade pública devem cessar os enterros de cadáveres no lugar e largo da matriz, porque ahi se enterrão sem que se attenda que esse lugar não offerece garantia de repouso dos finados; e além disso muitas vezes os que fazem as sepulturas não lhe dão a profundidade conveniente, e assim ficão expostos a serem profanados pelos cães, porcos. E por estas e outras razões, como estar este lugar no centro da Cidade, e o continuado vento, que necessariamente hade conduzir os miasmas para os vivos, acho que se deve prohibir a continuação dos enterros n'esses lugares (ESTRELLA DO AMAZONAS, 13 de Maio de 1854, p. 7).

A 24 de junho de 1854, o mesmo pronunciava o seguinte:

Faz saber que achando-se cercado, e preparado o antigo Cemiterio dos Remedios, e competentemente bento o terreno, que se lhe anexou, é o único lugar destinado para o enterramento dos cadáveres, e todos aquelles que sob qualquer pretexto fizerem enterrar cadáveres fora deste recinto serão punidos na forma que se acha prescripta pelo artigo 5º do Codigo de Posturas Municipaes, que se diz assim: - “Logo que haja cemitérios será prohibido enterrar-se cadáveres nos templos, ou átrios destes, sob pena de ser multado o infractor em vinte mil réis, ou oito dias de prizão” (ESTRELLA DO AMAZONAS, 24 de junho de 1854, pp. 2-3).

Nascia assim o primeiro cemitério público de Manaus, ainda que em condição provisória, chamado Cemitério dos Remédios – ou Cemitério da Cruz. Segundo Monteiro (1998), ficava onde hoje é a Praça Torquato Tapajós (mais conhecida como Praça dos Remédios), já que a frente da antiga Capela era voltada para o norte e não ainda para o rio, ao sul. O único vestígio visual que se tem desta primeira necrópole pública da cidade é uma ilustração atribuída ao Barão de Sant’Ana Nery presente em seu livro *Le Pays des Amazones*, em que se tem uma vista de Manaus a partir do Bairro dos Remédios (Figura 13), o que possibilita visualizar o cruzeiro do cemitério décadas após sua desativação.

Figura 13 – Vista de Manaus a partir do Bairro dos Remédios



Fonte: NERY, 1885, p. 293.

Percebe-se que com a transformação da Barra em capital da província do Amazonas, a cidade passa a buscar se inserir no ideal então vigente de modernidade e progresso, embora de forma ainda tímida devido aos escassos recursos. Em relação a isso, a regulamentação da morte com a criação de um cemitério público é uma das medidas mais marcantes desse período.

Bittencourt (1985) afirma que um surto de cólera em 1856 fez o presidente da província se adiantar em proibir os enterramentos no bairro dos Remédios. Um alto número de óbitos causados pela febre amarela no mesmo ano contribuiu ainda para superlotar a necrópole, aumentando a urgência de sua desativação. Sobre a febre amarela, Hermenegildo Campos, citado por Manoel Dias Galvão, relata:

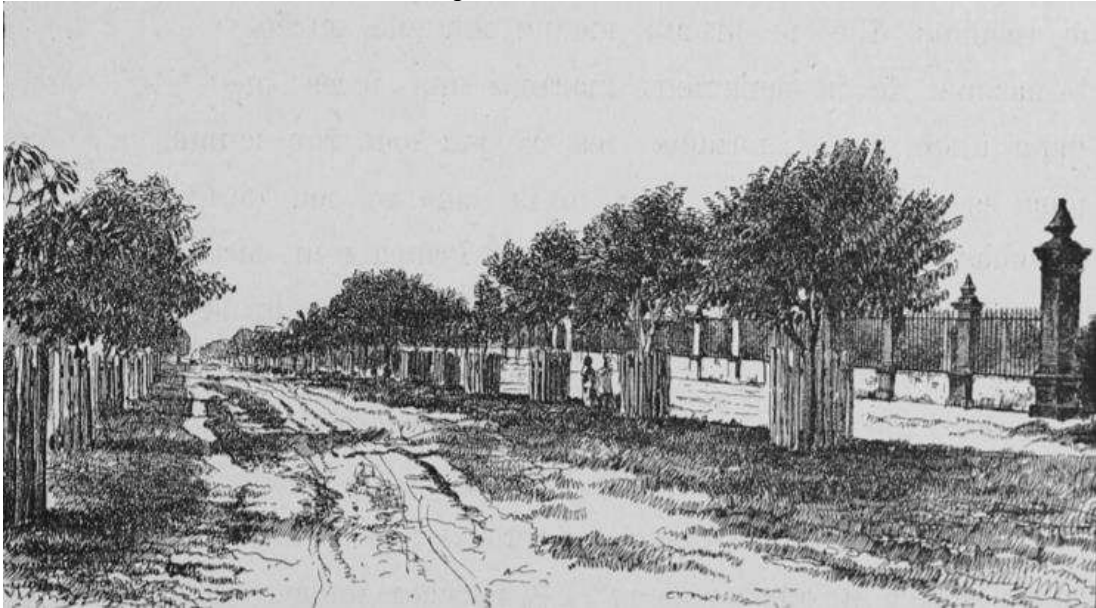
Em 1856 esta moléstia invadiu o Amazonas atacando a 70% da população. Foi importada do Pará. O primeiro caso teve lugar a 12 de Fevereiro, em um índio menor, pertencente à tripulação do Expresso Militar de S. Gabriel. Tanto desenvolveu-se que os atacados foram 850, sendo nesse tempo a população da capital - 1300 pessoas.

Segundo o mapa apresentado em 1.º de julho de 1856 ao presidente da província, Dr. João Pedro Dias Vieira, faleceram 142 pessoas [...] (CAMPOS, 1988, p. 39, apud GALVÃO, 2003, p. 118).

Dois anos após sua construção, portanto, se encerrariam os enterramentos no Cemitério dos Remédios. Fechado o cemitério provisório, é aberto o Cemitério de São José (ou da Saudade), na estrada da Cachoeira Grande, atual Avenida Epaminondas, onde se encontra hoje o Atlético Rio Negro Clube.

O novo cemitério começa a receber inumações mesmo sem grades e capela, que só foram erguidos em 1858 pelo presidente da província Francisco Furtado (DUARTE, 2009). Monteiro (1998) relata que a Estrada da Cachoeira Grande recebeu a nomenclatura popular de Estrada do Cemitério (Figura 14) e que antes de ser cercada, a necrópole constituía “apenas um descampado onde os animais iam pascor livremente sobre as sepulturas” (MONTEIRO, 1998, p. 146). Segundo Nagel (2011), a localização do novo cemitério gerava polêmica por ter um acesso muito complicado, estando separado da cidade por um igarapé largo e profundo.

Figura 14 - Estrada da Cachoeira Grande (popularmente conhecida como Estrada do Cemitério), onde se avistam as grades do Cemitério São José



Fonte: NERY, 1885, p. 277.

4.3. A morte na *Belle Époque*

Nas últimas décadas do século XIX, Manaus passa a vivenciar um período econômico de grande prosperidade com o *boom* da exploração dos vastos seringais de uma floresta até então considerada selvagem e inóspita, um empecilho para o desenvolvimento da região, “inferno verde” que se transforma repentinamente num paraíso para uma elite que passa a desfrutar dos grandes lucros da exportação da borracha principalmente para uso da indústria automobilística em plena expansão na Europa. Com os impostos cobrados pela saída do produto, o Estado consegue reter uma parte da riqueza gerada e trabalha para transformar o lugar simples que Manaus tinha sido até o fim do período monárquico numa cidade com ares europeus, “servida por alguns dos melhoramentos e serviços típicos das prósperas e modernas sociedades” (MESQUITA, 2006, p. 121).

As transformações proporcionadas pelo dinheiro da borracha também não deixaram de afetar a Manaus dos mortos. Se até então, a instituição e gestão de cemitérios públicos faziam parte de um esforço para conferir o mínimo de civilidade para a cidade, os espaços dos mortos passam a refletir também a nova condição econômica da cidade e a necessidade de afirmação social de uma classe emergente.

O Censo Geral do Império, de 1872, mostra que Manaus contava então 17.686 habitantes, tendo sua população quase triplicado em duas décadas. O rápido crescimento

populacional e a expansão urbana ocasionam questões estruturais que se fazem sentir na Manaus dos mortos. Duarte (2009) conta que mais um lugar para os mortos surge com uma nova epidemia.

Em 1873, a varíola invade a cidade de Manáos, vindo a falecer 160 pessoas, somente nos dois hospitaes estabelecidos pelo Governo, a cargo dos Drs. Aprigio Martins de Menezes e João Pedro Maduro da Fonseca [...] O mal fora trazido de Belém, a bordo do “Mayro”, transporte peruano (BITTENCOURT, 1985, p. 280).

O Cemitério de São José, que era o único da cidade à época, ficou superlotado, situação agravada pela proibição de exumar as vítimas já enterradas, segundo o regulamento dos cemitérios públicos. Em 1874, foi construído um prédio no Morro do Seminário a fim de servir como hospital apropriado para o tratamento das vítimas. À esquerda dessa enfermaria é criado, em 1879, um pequeno cemitério para sepultamento dos variolosos ali falecidos e uma estrada ligando este campo santo ao hospital (DUARTE, 2009).

Ainda segundo Duarte (2009), em 1887, a Diretoria de Obras Públicas da cidade demarca, por ordem do presidente da província, uma área próxima a esse pequeno cemitério para ser uma nova necrópole pública. Estando o São José muito lotado, sugere-se que essa área passe a receber os mortos da capital, mas o presidente Conrado Niemeyer decide aumentar o cemitério São José para o norte e reservar o de São Raimundo (assim denominado por causa da igreja que ali existia em honra a esse santo, sendo também conhecido como Cemitério dos Variolosos) para as vítimas de epidemias. O motivo seria a falta de verbas para melhorar o acesso ao novo cemitério e construir uma capela. Apesar disso, em dezembro de 1888, o São Raimundo começa a funcionar como cemitério público.

Situado na área conhecida, à época, como Umirisal, anos mais tarde, possivelmente devido ao seu nome, o bairro ali surgido também passou a ser chamado de São Raimundo. No local dessa necrópole existe, hoje, o ginásio da Escola Estadual Marquês de Santa Cruz, entre as atuais ruas Virgílio Ramos e Cinco de Setembro. Sua área era dividida em duas partes: o lado da rua Virgílio Ramos destinava-se aos enterramentos dos variolosos, e o da Cinco de Setembro, às demais inumações, sendo que cada lado possuía um cruzeiro (DUARTE, 2009, p. 146).

Antes de completar um ano de seu funcionamento, a Higiene Pública passa a questionar o prosseguimento dos enterros nesse cemitério devido a não haver acesso direto da cidade até ele e de seu solo pedregoso não ser eficiente na contenção dos gases provenientes da decomposição dos cadáveres que provocavam forte mau cheiro. De acordo com o autor, o governador Eduardo Ribeiro teria declarado seu fechamento pelo Decreto 95, de 2 de abril de 1891, quando também foi proibida a abertura de novas sepulturas no Cemitério São José. No

entanto, vítimas de epidemias continuam a ser enterradas no Campo Santo de São Raimundo até os anos 1920, como afirma Souza (2008).

Pode-se perceber que apesar da tendência do progresso de tentar afastar a cidade dos mortos da cidade dos vivos em nome da salubridade pública, estes vivos continuam a buscar seus mortos, tornando impossível que as duas cidades realmente se desconectem. A dificuldade em acessar essa outra cidade gerava descontentamento. Era necessário garantir um espaço digno para os mortos onde estes não prejudicassem a civilidade da urbe, mas também uma forma de mantê-los ao alcance dos vivos. Nessa dinâmica dos lugares dos mortos em Manaus, observa-se bem aquilo que Franco (2010) aponta quanto à segregação dos mortos como meio de estabelecer uma aparente divisão entre esses dois mundos, mas também de promover a afirmação do lugar dos mortos na cidade.

Apesar dos impasses à ordem urbana causados pelo acelerado crescimento urbano e populacional aliado às epidemias, a morte na *Belle Époque* manauara apresenta-se, como já dito, alinhada a uma necessidade de afirmação social em que as famílias que dispunham de condições utilizavam as necrópoles como espaço de transformação da memória do morto em monumento de culto familiar, demonstrando os ideais de uma sociedade burguesa.

Souza (2008) aponta o luxo empregado por famílias ricas na construção de mausoléus no Cemitério São Raimundo, o que pode ser vislumbrado na Figura 15, onde dois monumentos em mármore se destacam em meio às cruzes simples que marcam as demais sepulturas. As fotos do Cemitério São José (Figuras 16 e 17) também mostram a presença de monumentos em mármore, sua imagem remetendo à ideia difundida na França dos cemitérios como parques ajardinados.

Figura 15 - Antigo Cemitério São Raimundo



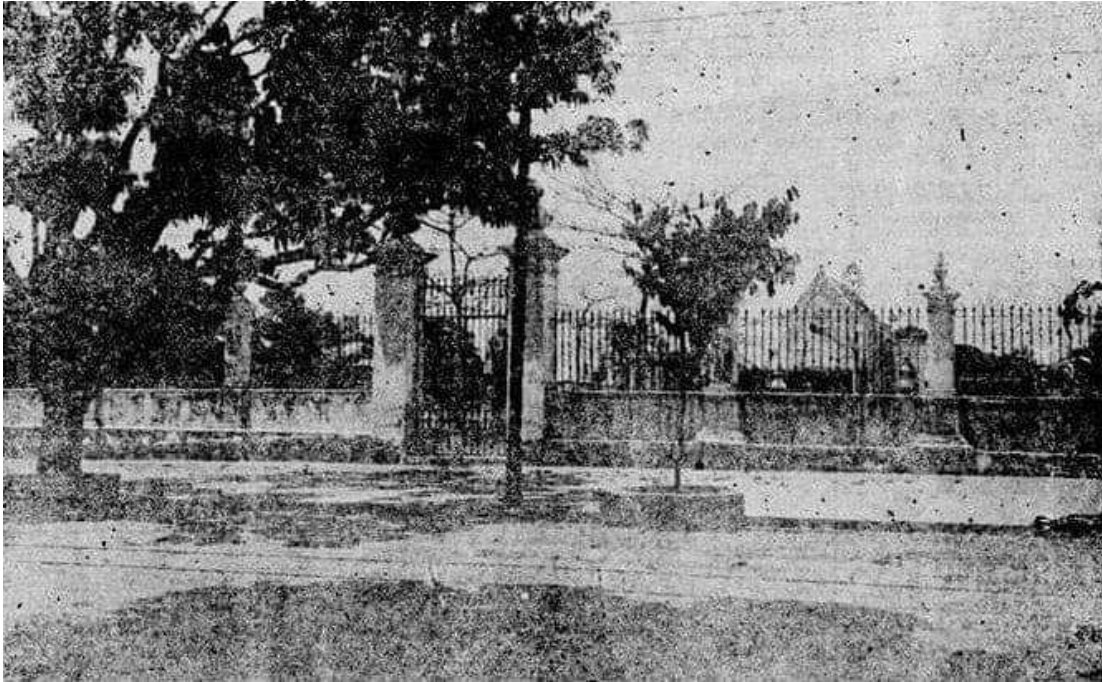
Fonte: Relatório do superintendente municipal Arthur César Moreira de Araújo, 1901, apud Acervo Digital do Instituto Durango Duarte. Disponível em: <https://idd.org.br/acervo/antigo-cemiterio-sao-raimundo/>.

Figura 16 - Cemitério São José



Fonte: *O Estado do Amazonas*, 1899, apud Acervo Digital do Instituto Durango Duarte. Disponível em: <https://idd.org.br/acervo/antigo-cemiterio-sao-jose/>.

Figura 17 - Portão de entrada do Cemitério São José



Fonte: JORNAL DO COMERCIO, 02 de Novembro de 1913, p. 1.

O Cemitério Municipal de São João, surgido na última década do século XIX, momento em que a cidade vivia o auge da economia gomífera, se torna o grande símbolo desse aspecto monumental da Manaus dos mortos.

A história dessa necrópole inicia em 26 de março de 1890, quando o Governo do Estado solicitou à Superintendência Municipal que lhe indicasse uma área onde se pudesse construir um campo santo.

Menos de quatro meses depois, em 1º de julho, uma comissão composta, entre outros, por João Carlos Antony apresentou o local encontrado: um terreno situado no bairro do Mocó, atual Nossa Senhora das Graças (DUARTE, 2009, p. 147).

A foto da Figura 18 mostra o São João visto provavelmente do alto do reservatório do Mocó no ano de 1901, ainda sem cercas ou muros. Sua localização é mostrada na Planta de Manaus e arrabaldes, de 1906 (Figura 19), onde é identificado apenas como “Cemitério Novo”. A planta também demonstra o quanto o espaço urbano de Manaus havia crescido, estando as ruas mais recentes alinhadas como um jogo de xadrez, seguindo padrão positivista importado da Europa. Para se alcançar tal configuração espacial, sabe-se que foi preciso aterrar inúmeros igarapés que cortavam a cidade. Percebe-se, assim, a urbanização de Manaus como um tipo de “luta” contra a natureza de seu território, sendo a perda de sua identidade nativa um preço necessário a se pagar pela modernidade.

Figura 18 - Vista do Cemitério Municipal de São João, 1901



Fonte: Relatório do superintendente municipal Arthur César Moreira de Araújo, 1901, apud Acervo Digital do Instituto Durango Duarte. Disponível em: <https://idd.org.br/acervo/cemiterio-sao-joao-batista-2/>.

Figura 19 - Planta de Manaus e arrabaldes, 1906



Fonte: Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, 1906, apud Acervo Digital do Instituto Durango Duarte. Disponível em: <https://idd.org.br/acervo/planta-de-manaos-e-arrebaldes-levantada-em-1906/>.

O fato de estar localizado às margens dos igarapés da Castellana, do Aterro e de Manáos, cujas águas eram utilizadas por ribeirinhos e poderiam ser contaminadas pelo necrochorume vindo do subsolo foi apontado pelo engenheiro-chefe da extinta Comissão de Saneamento de Manaus como um motivo para encerrar os enterramentos no cemitério de São João. Também a água que abastecia a cidade corria risco de contaminação pela proximidade do tubo principal do encanamento. Apesar disso, a Lei 72 promulgada naquele mesmo ano, que deveria garantir o fechamento do cemitério para a construção de outro mais distante da cidade, não chegou a ser executada (DUARTE, 2009).

Para Nagel (2011), a elite manauara toma este cemitério como importante espaço de afirmação por meio da monumentalidade, em sincronia com o que a cidade vivia no período. Para a autora, essa função da nova necrópole foi um fator determinante para sua permanência no mesmo local, com prosseguimento de novas inumações, apesar de alertas quanto aos perigos que isso poderia envolver.

Quando se fala na monumentalidade que passa a fazer da nova concepção de cemitério, faz-se necessário destacar o papel das marmorarias no empreendimento de levar à cidade dos mortos sepulturas que materializam as expectativas estéticas da sociedade moderna. Em Manaus, a marmoraria Ítalo-Amazonense, inaugurada em 1898 por Cesare Veronesi, é o principal nome ligado a esse serviço.

A Figura 20 mostra um anúncio da referida marmoraria em que estão ilustrados exemplos de sepulturas que se podia adquirir. É possível que a chegada do empreendimento à cidade tenha contribuído para tornar de certa forma mais democrático o acesso às peças de decoração tumular, uma vez que facilitava a aquisição de itens em variados tamanhos e preços sem a necessidade de mandar importar diretamente a obra de outro estado ou país. Dessa maneira, a partir de então, se proliferou na Manaus dos mortos a presença de monumentos cemiteriais.

Figura 20 - Anúncio da Marmoraria Ítalo-Amazonense

GRANDE MARMORERIA ITALO-AMAZONENSE

Premiada com Medalha de bronze na Exposição Mundial de S. Luiz, 1904

Entregue-se de fazer e collocar Mausoléos fúnebres e commemo-rativos, obras para edificios publicos e particulares, como escadarias, balaústres, soleiras, pavimentos, revestimentos para entradas, banheiros, latrinas, cosinhas, mezas e lavatorios para mobílias lustradas como espelhos, toda e qualquer obra para igreja e o que é referente a marmore.

Acceitam-se encomendas para o interior e fóra do Estado

Serviços promptos para o prazo que se estabelecer com os respeitaveis freguezes

Grande sortimento de cruces de cimento mistu-rado com marmore e respectiva base a 25\$000 cada uma e lapides de lousa, bonitas, a 50\$000 cada uma, fóra o letreiro.

Preços para todos os bolsos

Cesare Veronesi & C.

AVENIDA EDUARDO RIBEIRO, 61

CANTO DA 24 DE MAIO

31-10

Fonte: JORNAL DO COMMERCIO, 15 de setembro de 1908, p. 8.

A Figura 21 apresenta a seguir um quadro síntese da evolução espaço-temporal dos cemitérios aqui abordada:

Figura 21 – Quadro representando a evolução espaço-temporal dos cemitérios em Manaus

Cemitério	Localização	Ano de Criação	Ano de Desativação
Cemitério Indígena	Arredores do Forte da Barra do Rio Negro. Atual Praça D. Pedro II, Palácio Rio Branco e Paço Municipal (Núcleo Principal).	Não há informação	Não há informação
Igreja e Largo da Matriz	Ao norte do Forte da Barra. Antigo bairro de São Vicente de Fora. Atual Praça IX de Novembro.	1695	1854
Capela dos Remédios (e redondezas)	Antigo bairro dos Remédios. Atual Rua Leovegildo Coelho.	1828	1854
Cemitério dos Remédios (da Cruz)	Atrás da antiga Capela dos Remédios. Atual Praça Torquato Tapajós (dos Remédios).	1854	1856
Cemitério São José	Estrada da Cachoeira Grande. Atual Avenida Epaminondas.	1856	1891
Cemitério São Raimundo (dos Variolosos)	Antigo Morro do Seminário. Entre as atuais ruas Virgílio Ramos e Cinco de Setembro.	1879	1891
Cemitério São João	Antigo bairro Vila Municipal. Atual Av. Álvaro Maia, bairro Nossa Sra. das Graças.	1891	Ainda em funcionamento

Fonte: BITTENCOURT, 1999; MONTEIRO, 1998; DUARTE, 2009. Elaborado pela autora.

No quadro é possível visualizar com clareza como a espacialidade dos mortos em Manaus esteve confiada às igrejas e suas proximidades ao longo de quase dois séculos. Pelos relatos remanescentes, a relação entre vivos e mortos era bastante próxima, principalmente na área da Igreja da Matriz, onde mais a vida pulsava naqueles pacatos tempos.

Na década de 50 do século XIX, Manaus torna-se capital da recém criada província do Amazonas e, a exemplo do que era tendência pelo Brasil, os discursos médicos de salubridade urbana importados da França fazem com que essa relação passe a ser vista com maus olhos. Os mortos são então transferidos para cemitérios públicos que vão se afastando cada vez mais do lugar onde se fundou Manaus, definindo os limites da cidade que vai se expandindo. As necrópoles que surgem são rapidamente povoadas pelas vítimas dos terríveis surtos epidêmicos.

O Cemitério Municipal de São João, inaugurado no final do século XIX, tratado como uma prioridade no processo de urbanização da cidade, funciona bem como um símbolo da transição da aldeia à capital da borracha. Também símbolo de uma nova urbanização que já está preparada a voltar a ter os mortos no seio da cidade, em que estes ocupam seu lugar junto aos vivos, separados por muros, mas integrados ao espaço urbano. Dessa forma, a Manaus, dos vivos e dos mortos, que se despede daquele século é uma Manaus em pleno crescimento que se percebe na trilha da modernidade e do progresso.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O homem, desde tempos remotos, tem a tendência de querer marcar o ambiente ocupado por si, de registrar sua presença, modificando o espaço, marcando-o para fazer deste seu território. A partir do momento em que elege um espaço para sepultar e reunir seus mortos faz deste um território para o qual precisa voltar para estar com os semelhantes, adorar os ancestrais (seus primeiros deuses), passando assim a se sentir parte de um espaço fixo com o qual se identifica. Os mortos têm, portanto, a capacidade de agregar os vivos nesse espaço fixo, numa relação que com o passar do tempo mostra-se o embrião da ideia de Cidade.

A religião faz-se assim fator essencial de constituição da urbe na forma do culto aos mortos. A sociedade, dinâmica por natureza, modifica suas crenças e valores e, com eles, o lugar dos mortos também se modifica. As duas cidades se separam e se juntam, mas nunca deixam de estar conectadas visto serem duas faces dessa mesma sociedade, duas faces que em muitos sentidos são reflexos uma da outra. Nas palavras de Ariès (2017, p. 76), “a cidade dos mortos é o inverso da sociedade dos vivos ou, mais que o inverso, sua imagem e sua imagem *intemporal*”.

No que diz respeito à Manaus, foi possível constatar com este estudo que seus lugares dos mortos ao longo do tempo ajudam a contar a história de sua evolução enquanto cidade. A Manaus dos mortos nos mostrou como um povoado surgido da necessidade colonizadora de garantir poder sobre um território conquistado modificou-se durante dois séculos. Do cemitério indígena e o “templo de taipa” à necrópole da *Belle Époque* têm-se a imagem de uma aldeia reunida ao redor de um forte português transformando-se na capital da borracha, uma “Paris dos Trópicos”.

No Lugar da Barra, povoado essencialmente indígena, mas que precisa conviver com a fé cristã, a morte refletia esse choque de crenças, com o cemitério nativo resistindo por um tempo junto à morte *ad sanctus*. A segunda metade do século XIX já traz à cidade, agora capital da província do Amazonas, a ideia dos mortos como perigo urbano que precisa ser controlado e afastado. Durante algumas décadas, os mortos passam então a marcar os limites territoriais de Manaus que, com a construção do Cemitério São João se prepara para voltar a acolher seus mortos.

Sobre o Cemitério Municipal de São João – única necrópole das mencionadas nessa pesquisa, que ainda se encontra em funcionamento, recebendo sepultamentos de famílias que possuem jazigos perpétuos – é preciso dizer mais algumas palavras. Ele foi instituído Monumento Histórico do Estado do Amazonas pelo Decreto 11.198, de 14 de junho de 1988. Está ainda situado no entorno do Reservatório do Mocó, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico – IPHAN. Tal condição, em tese, deveria garantir a preservação do patrimônio material contido em seus muros, porém ao visitar esse espaço, é claramente perceptível que isso não vem sendo respeitado.

Não é novidade a constatação de que nossos patrimônios não são devidamente valorizados, mesmo que haja políticas públicas voltadas para isso. No entanto, não se pode deixar de apontar quanto vem se perdendo da paisagem artística-histórica do referido cemitério, tanto por depredações às sepulturas quanto pela permissividade dos responsáveis diante da modificação ou construção de túmulos com características que ferem as diretrizes de preservação daquele espaço.

Relata-se também a dificuldade encontrada na realização da pesquisa relacionada à falta ou à impossibilidade de acesso a registros históricos que trouxessem mais detalhes acerca dos espaços investigados. Mesmo com essa limitação, acredita-se que os objetivos estabelecidos foram alcançados a contento e que, a partir da Manaus dos mortos, foi possível ter um vislumbre de como se vivenciou de modo particular a morte ocidental estudada na primeira parte desta pesquisa, pois do mesmo modo que as cidades dos vivos, as cidades dos mortos são únicas, embora todas compartilhem características comuns.

REFERÊNCIAS

Jornal **Estrella do Amazonas**. Cidade da Barra, 13 de Maio de 1854. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213420&PagFis=1013>. Acesso em: Nov. 2019.

Jornal **Estrella do Amazonas**. Cidade da Barra, 24 de Junho de 1854. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213420&PagFis=1085>. Acesso em: Nov. 2019.

Falla dirigida à Assembleia Legislativa da Província do Amazonas pelo vice-presidente da província, o dr. Manoel Gomes Correa de Miranda. Cidade da Barra do Rio Negro, Typ. de M. da S. Ramos, 5 de setembro de 1852.

Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas pelo presidente da província, o conselheiro Herculano Ferreira Penna, Typ. de M.S. Ramos, 1º de outubro de 1853.

Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas pelo presidente da província, o conselheiro Herculano Ferreira Penna. Barra do Rio Negro, Typ. de M.S. Ramos, 1º de Agosto de 1854.

ARIÈS, Philip. **A História da Morte no Ocidente**: da idade média aos nossos tempos. Trad. Priscila Viana de Siqueira Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

AUBRETON, Thérèse. **Caminhando por Manaus**: 5 roteiros históricos da cidade. Manaus: Editora INPA, 2012.

BARATA NETO, Humberto. **Cemitério Municipal de São João**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, Secretaria de Estado de Cultura, 2012.

BITTENCOURT, Agnello. **Chorografia do Estado do Amazonas**. Coleção Hiléia Amazônica. v. 5. Manaus: ACA-Fundo Editorial, 1985 (Fac-símile da edição de 1925, impresso em Manaus pela Tipografia Real).

BITTENCOURT, Agnello. **Fundação de Manaus**: pródromos e sequências. 2. ed. Manaus: EDUA, 1999.

CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. Trad. Diogo Mairnardi. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CAMPBELL, Joseph. **As Máscaras de Deus**: mitologia primitiva. Trad. Carmen Fischer. vol. 1. 7. ed. São Paulo: Palas Atena, 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. 9. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

COE, Agostinho Júnior Holanda. **“Nós, Os Ossos Que Aqui Estamos, Pelos Vossos Esperamos”**: a higiene e o fim dos sepultamentos eclesiásticos em São Luís (1828 – 1855).

Fortaleza: Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

COSGROVE, Denis; JACKSON, Peter. Novos Rumos da Geografia Cultural. Trad. Márcia Trigueiro. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny. **Introdução à Geografia Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, pp. 135-146.

COULANGES, Fustel de. **A Cidade Antiga**. São Paulo: EDAMERIS, 2006.

CYMBALISTA, Renato. **Sangue, Ossos e Terra: os mortos e a ocupação do território luso-brasileiro, séculos XVI e XVII**. São Paulo: Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo/ USP, 2006.

CYMBALISTA, Renato. **Cidades dos Vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios de São Paulo**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2002.

DILLMANN, Mauro. **Morte e Práticas Fúnebres na Secularizada República: a irmandade e o cemitério São Miguel e Almas de Porto Alegre na primeira metade do século XX**. São Leopoldo/RS: Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

DUARTE, Durango. **Manaus Entre o Passado e o Presente**. Manaus: Mídia Ponto Comm, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 15. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

FRANCO, Clarissa de. **A Cara da Morte: os sepultadores, o imaginário fúnebre e o universo onírico**. Aparecida - SP: Ideias e Letras, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GALVÃO, Manoel Dias. **História da Medicina em Manaus**. Manaus: Valer/ Governo do Estado do Amazonas/ Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003.

GARCIA, Etelvina. **Manaus, Referências da História**. 2. ed. Manaus: Norma Editora, 2005.

GARCIA, Etelvina. **Amazonas, Notícias da História**. 2. ed. Manaus: Norma Editora, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUEDES JUNIOR, Antonio Fernando Cordeiro. **Entre o Tempo e o Espaço: cidade e memória social**. São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300876852_ARQUIVO_Entreotempoeospacecidadeememoriasocial.pdf. Acesso em: Nov. 2019.

HILLMAN, James. **Cidade e Alma**. Trad. Gustavo Barcellos e Lúcia Rosemberg. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

KELLER, Franz. **The Amazon and Madeira Rivers**: sketches and descriptions from the note-book of an explorer. Philadelphia: J.B. Lippincott and Co., 1875.

LOUREIRO, Antonio José Souto. **O Amazonas na Época Imperial**. 2.ed. Manaus: Valer, 2007.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A Morte de Nossos Ancestrais. In: MARTINS, José de Souza. (org.). **A Morte e os Mortos na Sociedade Brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1983.

MARCOY, Paul. **Viagem Pelo Rio Amazonas**. Trad. Antonio Porro. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto e Editora da Universidade do Amazonas, 2001.

MESQUITA, Otoni Moreira de. **Manaus**: história e arquitetura – 1852-1910. 3. ed. Manaus: Editora Valer, Prefeitura de Manaus e Uninorte, 2006.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Fundação de Manaus**. Manaus: Editora Metro Cúbico, 1994.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Roteiro Histórico de Manaus**. vol. 1. vol. 2. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1998.

MORIN, Edgar. **O Homem e a Morte**. Lisboa: Europa – América, 1997.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História**. Trad. Neil R. da Silva São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NAGEL, Carla Maria Oliveira. **A Morte e o Morrer na “Paris dos Trópicos”**. São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300854249_ARQUIVO_AMorteeoMorre rnaParisdosTropicossemmresumoeabstract.pdf. Acesso em: Set. 2019.

NERY, Frederico José de Santa-Anna. **Le Pays des Amazones**: l’el dorado les terres a caoutchouc. Paris: Biblioteque Des Deux-Mondes L Frinzine et C. E. Éditeurs, 1885.

PETRUSKI, Maura Regina. **A Cidade dos Mortos no Mundo dos Vivos**: os cemitérios. Revista de História Regional, vol. 1, 2007, pp. 93-108.

RABELO, Ana Paula de Souza. **Do Templo de Taipa ao Templo de Pedra**: a construção da Igreja Matriz de Manaus (1858-1878). Manaus: Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, 2008.

REIS, Arthur César Ferreira. **Manãos e Outras Villas**. 2. ed. Manaus: EDUA, 1999.

REIS, João José. **A Morte é uma Festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RIBEIRO, André Luiz Rosa. **Memória e Identidade**: reformas urbanas e arquitetura cemiterial na Região Cacaueira (1880-1950). Ilhéus-BA: Editus, 2005.

RODRIGUES, Cláudia. **Os Lugares dos Mortos na Cidade dos Vivos**. Rio de Janeiro: Coleção Biblioteca Carioca, 1997.

SAMPAIO, Patrícia Melo (org.). **Posturas Municipais Amazonas (1838-1967)**. Manaus: EDUA, 2016.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SOUZA, Ellza. **Do Alto da Minha Colina**: sem os bucheiros, o bairro de São Raimundo perdeu o encantamento. Coleção História dos Bairros de Manaus: Edições Muiraquitã, 2008.

WAGNER, Philip; MIKESELL, Marvin. Os Temas da Geografia Cultural. Trad. Olívia de Barros Lima da Silva. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny. **Introdução à Geografia Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, pp. 27-61.

ZILHÃO, João. The Origins of Ritual Burial. In: RENFREW, Colin; BOYD, Michael J.; MORLEY, Iain (Ed.). **Death Rituals, Social Order and the Archaeology of Immortality in the Ancient World**. New York: Cambridge University Press, 2016, pp. 27-44.